



Vai para sanção reserva de 50% das vagas das federais

Senadores aprovaram projeto que cria cotas obrigatórias nas universidades federais para alunos egressos de escolas públicas; Plenário também aprovou a PEC que torna obrigatório o diploma para o exercício do jornalismo e medidas provisórias que concedem incentivos a setores da economia

Em votação simbólica, o Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei que reserva para estudantes egressos de escola pública 50% das vagas das universidades e das escolas técnicas federais. De acordo com a proposta — que agora vai para a sanção da presidente Dilma Rousseff —, essas cotas também devem privilegiar negros, pardos e índios. O senador Aloysio Nunes Ferreira encaminhou contra a aprovação, sob o argumento de que o texto fere a autonomia universitária. Pela proposta aprovada, o sistema nacional de cotas valerá por dez anos. **4 e 5**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senadores votam no Plenário: cotas nas universidades federais, diploma para jornalistas, incentivos para a economia e aposentadoria especial de garçons

TIM nega irregularidade. Braga diz que empresa pode ser punida 7

Comissão aprova saque de PIS por trabalhador doente 6

Mulher de Cachoeira silencia. Kátia Abreu denuncia ameaça 3

Encarte mostra ações da Casa em favor da transparência



Senado lembra os seis anos da Lei Maria da Penha 8



Paulo Cinquetti/Agência Senado

Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Ana Rita, José Sarney, Jandira Feghali e Vanessa Graziotin abrem exposição sobre a tramitação da lei

Audiência pública: telefonia móvel

A situação e a qualidade do serviço móvel pessoal, a atuação e os investimentos das operadoras de telefonia móvel e as medidas adotadas pela Anatel.

Participação aberta ao público pelo telefone (0800 612211), pelo site do Alô Senado (www.senado.gov.br/senado/alosenado), pelo Twitter (@alosenado) e pelo Facebook.

Dia 8 de agosto de 2012, às 9h
Senado Federal, Anexo 2,
Ala Alexandre Costa, sala 7



Projeto de lei, aprovado ontem à noite, torna obrigatória nas universidades federais a reserva de ao menos 50% das vagas para estudantes de escola pública, para pobres e para negros e pardos

Entidades pedem a Sarney aprovação de cota em federal

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu ontem representantes do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (ligado à Presidência da República) e de entidades de defesa da educação e da igualdade racial. Eles lhe entregaram uma moção de apoio à aprovação do projeto de lei que torna obrigatórias as cotas nas universidades federais (PLC 180/08). O senador Paulo Paim (PT-RS) também estava presente.

Pelo projeto, aprovado na noite de ontem, pelo menos 50% das vagas por curso e turno serão reservadas para quem tenha feito o nível médio integralmente em escola pública. O texto também estabelece critérios étnico-raciais (para negros, pardos e indígenas) e de renda.

O coordenador da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, Daniel Cara, disse que o projeto é importante por colocar a escola pública no centro do debate.

O presidente do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Mário Theodoro, reconheceu que as cotas são um tema polêmico, mas observou que o projeto pode abrir oportunidades para outros setores da sociedade historicamente excluídos.

— Temos certeza de que,



José Sarney/Agência Senado

com a ajuda de Sarney, esse projeto será votado rapidamente — disse Theodoro.

Para o assessor parlamentar da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Renato Ferreira, o projeto é um avanço para a democracia.

— É um projeto importante para os negros, para os indígenas, para os brancos pobres, enfim, para todos que militam em favor da diversidade no Brasil — afirmou.

Esforço concentrado

O senador Paulo Paim relatou que havia um acordo entre os líderes partidários para que o projeto fosse votado no esforço concentrado do período eleitoral. Ele defendeu o projeto, explicando que 90% dos estudantes brasileiros

cursam o nível médio em escolas públicas.

— É como se 90% tivessem direito à metade e 10%, que vêm de escolas privadas, tivessem direito à outra metade. É mais do que justo — argumentou.

Sarney lembrou que foi, na política brasileira, um dos pioneiros na defesa da igualdade racial. Afirmou que, em 1999, apresentou projeto, arquivado pela Câmara, que previa cotas raciais no acesso ao serviço público, à educação superior e ao financiamento estudantil.

Sarney ainda lembrou que, quando foi presidente da República (1985–1990), criou a Fundação Palmares para marcar o centenário da Abolição da Escravatura, em 1988 (*leia mais nas páginas 4 e 5*).

Comissão debaterá greve nas universidades

A greve dos professores das universidades federais, prestes a completar três meses, será tema de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O requerimento, aprovado, é de autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Também foi aprovado requerimento do senador Anibal Diniz (PT-AC) para realização de audiência sobre o projeto (PLS 531/11) que altera a Lei Pelé (Lei 9.615/98), para exigir a comprovação de contratação de seguro como condição para participação de atletas

e treinadores de futebol em competições esportivas.

Outro requerimento acatado pela comissão, apresentado pela senadora Marta Suplicy (PT-SP), pede que se promova audiência sobre “Ética e prática profissional: diversidade sexual e direitos humanos”.

Dois projetos já anteriormente votados pela comissão — sob a forma de substitutivos — foram considerados ontem definitivamente aprovados. O primeiro, PLS 18/06, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), determina que cabe aos pais autorizar o acesso de suas

crianças ou adolescentes a espetáculo cuja classificação indicativa seja superior à faixa etária dos menores. O texto será enviado à Câmara dos Deputados.

Também foi considerado definitivamente aprovado o Projeto de Lei da Câmara 67/11, segundo o qual as instituições de ensino superior deverão informar aos interessados, antes do início do período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, critérios de avaliação e qualificação dos professores.

Wellington exalta medalhista Sarah Menezes

Wellington Dias (PT-PI) exaltou a piauiense Sarah Menezes, primeira atleta a conquistar uma medalha de ouro para o judô feminino do Brasil nos Jogos Olímpicos.

— Sarah Menezes é um exemplo do Piauí que dá certo. Sarah Menezes não teve que



sair do Piauí para chegar a uma medalha olímpica — disse.

Segundo o senador, Sarah Menezes reafirmou sua vontade de formar novos campeões no esporte, ao ser homenageada na última segunda-feira, quando retornou ao Piauí.

BLAIRO FAZ VOTOS PELA RECUPERAÇÃO DE RUSSO

O senador Blairo Maggi (PR-MT) fez ontem votos de pronta recuperação ao seu colega de partido, Antonio Russo (MS), que está internado no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, em decorrência de um acidente vascular cerebral isquêmico, ocorrido no dia 4. O senador se recupera bem, conforme informações de sua família, relatou Blairo Maggi.

Pinheiro propôs acordo para votação do projeto que prevê reserva de vagas

Antes da aprovação do projeto que torna obrigatórias as cotas em universidades federais, Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu a realização de acordo para a votação imediata da proposta (PLC 180/08). O texto, disse, já foi “sobejamente discutido” no Senado, “de forma qualitativa e correta”.

Em resposta, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) se disse contrário ao projeto por não ter sido discutido na Comissão de Educação (CE) — só nas de Constituição e



Justiça (CCJ) e de Direitos Humanos (CDH).

Pinheiro respondeu que o Supremo Tribunal Federal já se posicionou favoravelmente às cotas da Universidade de Brasília. Mas segundo Aloysio, a decisão se restringe à UnB e que o projeto fere a autonomia universitária ao impor um modelo único a todas as federais do país. Pinheiro, por sua vez, afirmou que o texto tem objetivo de ampliar o que outras instituições já vêm praticando.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO: Precatório**
14h Na pauta da sessão deliberativa, proposta de emenda à Constituição que amplia, até 31 de dezembro, o prazo de adesão ao regime especial de precatório.
- PRESIDÊNCIA: Governadores**
15h30 Sarney recebe os governadores Antonio Anastasia (MG) e Simão Jatene (PA). Às 18h, participa do lançamento de livros no Salão Branco do Congresso.
- CÓDIGO FLORESTAL: Emendas à MP**
8h Reunião da comissão mista destinada a emitir parecer sobre a medida provisória (MP 571/12) que altera o Código Florestal. Serão votados os destaques apresentados ao relatório elaborado pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC).
- SUBCOMISSÃO DA ÁGUA: Itaipu**
8h Audiência pública da Subcomissão Permanente da Água discutirá o Programa Cultivando Água Boa, que desenvolve iniciativas de sustentabilidade em 29 municípios na área da Usina de Itaipu.
- CCT/CMA: Telefonia celular em debate**
9h As comissões de Ciência e Tecnologia e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor realizam audiência sobre o serviço móvel de telefonia. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e o presidente da Anatel, João Rezende, foram convidados.
- CAS: Cadastro único do SUS**
9h Projeto que determina ao SUS a tarefa de criação de cadastro único nacional de usuários está entre os itens da pauta da Comissão de Assuntos Sociais.
- CI: Diretora-geral da ANP**
9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura analisa a recondução de Magda Maria Chambrind para a Agência Nacional do Petróleo.
- CÓDIGO PENAL: Instalação de comissão**
9h30 Instalação da comissão especial de reforma do Código Penal e eleição do presidente e vice-presidente do colegiado.
- CCJ: Porte de armas**
10h Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, projeto que permite o porte de arma de fogo aos integrantes de outras carreiras do setor público. Outra proposta modifica a lista de serviços tributáveis pelo ISS.
- CÓDIGO CIVIL: Seminário na Câmara**
10h–18h O Congresso Nacional realiza, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, seminário sobre os dez anos do Código Civil. Em seguida, será aberta, no Salão Branco do Congresso, exposição sobre o aniversário do código.
- CPI DO CACHOEIRA: Ex-esposa depõe**
10h15 Andréa Aprígio de Souza, ex-mulher de Carlinhos Cachoeira, e o contador Rubmaier Ferreira de Carvalho vão depor na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Cachoeira.
- AVIAÇÃO CIVIL: Tráfego aéreo**
14h A Subcomissão Temporária da Aviação Civil, que integra a Comissão de Serviços de Infraestrutura, realiza audiência para debater a expansão do tráfego aéreo e a implantação do sistema CNS/ATM.
- CMMC: Proteção ao Cerrado**
14h Audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas deve debater as ações relativas à prevenção de danos ao bioma Cerrado.
- CMO: Votação de créditos**
14h30–18h A Comissão Mista de Orçamento reúne-se, no Plenário 2 da Câmara, para examinar a liberação de créditos para vários ministérios.

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Simon: julgamento do mensalão põe fim à indecência

Waldemir Barreto/Agência Senado



O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse confiar nos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF),

que, segundo ele, saberão tomar uma decisão séria no julgamento do mensalão.

Para Simon, o julgamento em curso é o momento mais importante da história do STF e, ao fim do processo, “a Justiça triunfará sobre a maré da indecência”:

— Com essa decisão, poderemos dizer que a impunidade tem seus dias contados no Brasil. O Brasil será um país em que o cidadão, seja ladrão de galinha, seja senador, seja diretor de banco, seja quem for, responderá pelos seus atos — disse Simon.

Ao comentar as primeiras audiências do julgamento, o senador elogiou tanto a capacidade de argumentação do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, quanto a do advogado José Luis Oliveira Lima, na defesa do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

Couto: mensalão deu prejuízo ao povo brasileiro

Waldemir Barreto/Agência Senado



Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF) faça um julgamento

imparcial do mensalão, sem se deixar influenciar por pressões do governo.

O parlamentar afirmou que o esquema de compra de votos de parlamentares no primeiro mandato do ex-presidente Lula não foi apenas crime eleitoral, mas provocou grandes prejuízos aos cofres públicos.

— Foram mais de R\$ 100 milhões que o Partido dos Trabalhadores tirou do povo brasileiro. O PT usou mais de R\$ 100 milhões para tentar implementar aquilo que o seu comandante maior queria, que era a ditadura branca — disse o senador.

Couto alertou ainda para a importância de uma decisão justa do STF sobre o caso. Segundo ele, um julgamento isento por parte do Supremo deverá fortalecer a democracia no país.

Outro depoente de ontem, policial federal aposentado Joaquim Gomes Thomé Neto também não quis falar aos parlamentares

Mulher de Cachoeira fica em silêncio na CPI e é dispensada em 5 minutos

INVOCANDO O DIREITO constitucional de ficar calada, a mulher de Carlinhos Cachoeira, Andressa Mendonça, negou-se a falar ontem à comissão parlamentar mista de inquérito que investiga as relações do contraventor com agentes públicos e privados.

— Usarei o direito constitucional de ficar em silêncio — foram as únicas palavras que saíram da boca de Andressa, dispensada em pouco menos de cinco minutos pelo presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Andressa ficou todo o tempo acompanhada do seu advogado, José Gerardo Grossi, e chegou a sorrir por alguns momentos para os fotógrafos que lotaram a sala da CPI. Ainda antes de se retirar, foi chamada de “mentirosa e cascadeira” pela senadora Kátia Abreu (PSD-TO), que mais cedo denunciara ter sido vítima de tentativa de chantagem por ela.

Anteontem, Vital havia



Andressa ouve Vital do Rêgo (D) durante a reunião da CPI

Gerardo Magela/Agência Senado

negado pedido de dispensa feito por Andressa. O advogado dela alegava que, na condição de companheira de Cachoeira, ela não poderia ser obrigada a produzir provas contra o investigado. Mas Vital respondeu que ela iria à CPI na condição de investigada, em razão de deferimento judicial de busca e apreensão e de outras medidas cautelares para investigar a suposta tentativa de chantagem o juiz federal Alderico Rocha Santos, da 11ª Vara Federal

de Goiânia, para beneficiar o contraventor.

Segundo convocado do dia, o policial federal aposentado Joaquim Gomes Thomé Neto também foi rapidamente dispensado, diante da negativa em prestar esclarecimentos.

— Não fui nem denunciado em nenhuma das duas operações. Não tenho nada para colaborar. Não conheço nada — disse, referindo-se às operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal.

O silêncio dos dois convocados provocou protestos de alguns parlamentares, que voltaram a questionar o atual rito da presidência da CPI, que dispensa testemunhas e acusados quanto estes evocam o direito constitucional de não fornecerem provas contra si, amparados ou não por *habeas corpus*. O assunto deve ser novamente discutido na próxima reunião administrativa da comissão, marcada para a próxima terça-feira.

Senadora diz ter sido ameaçada por Andressa

Na volta da CPI após o receso parlamentar, Kátia Abreu denunciou ameaças que, para ela, partiram de Andressa Mendonça.

Segundo a senadora, a mulher de Carlinhos Cachoeira, em declarações à imprensa, prometeu desmoralizá-la e apresentar dossiê contra ela.

Kátia Abreu também informou que foi ameaçada por meio de um telefonema anônimo, que teria partido de um orelhão em Taguatinga (DF), em razão de sua atuação

contra Cachoeira na CPI. Ela suspeita que a ligação foi feita por ordem de Andressa.

— Vou continuar fazendo o que sempre fiz. Não tenho medo e ela não vai me intimidar — afirmou a senadora.

Na reunião de ontem, parlamentares reclamaram da demora da Polícia Federal para enviar-lhe provas e documentos.

Alguns deputados e senadores voltaram a defender a criação de sub-relatorias e cobraram a votação de

requerimentos que estão na pauta — são mais de 200.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) foi um dos que cobraram a votação das matérias. Ele vem defendendo a convocação do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, do dono da Editora Abril, Roberto Civita, e do diretor da sucursal da revista *Veja* em Brasília, Policarpo Júnior.

Hoje, a CPI ouvirá a ex-mulher de Cachoeira, Andréa Aprígio de Souza, que já obteve liminar do Supremo Tribunal



Kátia Abreu afirma ter recebido telefonema anônimo com ameaças

Gerardo Magela/Agência Senado

Federal para ficar calada. Outro convocado é Rubmaier Ferreira de Carvalho, apontado como responsável pela abertura de empresas que seriam usadas como fachada por Cachoeira para lavar dinheiro.

Silêncio de suposto araponga surpreende parlamentares

O silêncio do policial federal aposentado Joaquim Gomes Thomé Neto, suspeito de ser um dos arapongas do grupo de Cachoeira, surpreendeu os parlamentares da comissão.

Ele teve uma decisão favorável da Justiça para permanecer em silêncio na CPI.

Thomé Neto havia sido convocado em julho, mas enviou um atestado médico pedindo o adiamento.

De acordo com o presidente da CPI, senador Vital do Rêgo, Thomé Neto havia dado sinais de que colaboraria:

— Ele tinha vindo na vez passada na tentativa de falar e [agora] voltou sem querer falar. Surpreendeu-me.

Vital chegou a oferecer ao policial aposentado, que estava



Thomé Neto se manteve em silêncio diante dos parlamentares

Gerardo Magela/Agência Senado

na CPI como testemunha, a oportunidade de responder apenas aos parlamentares, sem a presença da imprensa.

— Não fui denunciado nesse processo. Não tenho nada para colaborar — disse Thomé Neto.

Para Odair Cunha, o silêncio é sinal de que a organização criminosa está montando sua estratégia de defesa.

Ex-mulher e contador poderão ficar calados

Mais dois depoentes convocados pela CPI devem usar o direito ao silêncio na comissão. A ex-mulher de Cachoeira, Andréa Aprígio, e o contador Rubmaier Ferreira de Carvalho obtiveram decisões judiciais que lhes garantem o direito de permanecer calados. Os dois depoimentos estão marcados para hoje.

A decisão favorável a Andréa saiu na quinta-feira. A ex-mulher de Cachoeira é suspeita de atuar como laranja em empresas do ex-marido e é dona da indústria farmacêutica Vitapan, empresa envolvida com a organização. O irmão dela, Adriano Aprígio de Souza, é suspeito de ameaçar a procuradora da República Léa Batista de Oliveira,

uma das responsáveis pelas investigações.

Rubmaier Ferreira de Carvalho obteve decisão favorável ontem. Apontado como contador da organização criminosa, é suspeito de ser o responsável pela abertura de empresas de fachada usadas para lavar dinheiro.

Ontem, tanto a mulher de Cachoeira, Andressa Mendonça, quanto o policial aposentado Joaquim Gomes Thomé Neto não responderam às perguntas dos parlamentares.

Para o presidente da CPI, senador Vital do Rêgo, o silêncio não impedirá as investigações:

— Temos um arsenal grande de material que pode mostrar o caminho dos desvios feitos pela organização criminosa.

Autorizações de empréstimos externos vão a Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem quatro autorizações de crédito externo, que seguem para Plenário em regime de urgência. Duas favorecem o Ceará, que deverá receber 50 milhões de euros do MLW Intermed Handels e US\$ 100 milhões do Banco Internacional para Reconstrução e

Desenvolvimento (Bird). Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) explicaram que a operação com o MLV deverá reforçar o ensino profissionalizante no nível médio. Os recursos do Bird financiarão um projeto de desenvolvimento rural sustentável chamado São José 3.

Outros dois empréstimos, de US\$ 59 milhões e de US\$ 11 milhões, beneficiam Blumenau (SC) e Colatina (ES), por meio do Banco Mundial. Os recursos para Blumenau deverão financiar programa de mobilidade sustentável e os para Colatina financiarão saneamento ambiental.

Avança criação de fundo para a produção de caju

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 163/00, que autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju).

Para restabelecer o caráter autorizativo da criação do fundo, foram rejeitadas algumas emendas aprovadas pelos deputados. O texto que veio da Câmara, segundo o relator, senador Wellington Dias (PT-PI), "afasta-se da harmonia que deve existir entre os Poderes da República". Wellington Dias afirmou

que a cultura do caju vem sofrendo uma séria crise nos últimos anos. Em 2006, o Brasil era o quarto maior produtor do mundo. Já em 2010, ficou na sétima posição. A proposta ainda será analisada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Líder negocia acordo sobre free shops em fronteira

Pedido de vista do líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), impediu ontem a votação, na CAE, de autorização da instalação de lojas francas (free shops) em cidades de fronteira (PLC 11/12). O senador disse que vai negociar com autoridades econômicas do governo

solução que evite veto presidencial. A relatora, Ana Amélia (PP-RS), disse que, no Rio Grande do Sul, há vários municípios vizinhos de cidades uruguaias e argentinas que sofrem competição comercial "injusta e predatória". Também manifestaram

apoio ao projeto: José Agripino (DEM-RN), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Tomás Correia (PMDB-RO), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Delcídio do Amaral (PT-MS), presidente da CAE.

Presidente da Petrobras mostrará plano de negócios

A presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, apresentará o plano de negócios da estatal para o período 2012-2016 em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos prevista para 11 de setembro. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da CAE,

Delcídio do Amaral (PT-MS). Já aprovado pelo conselho de administração da Petrobras, o plano de negócios estima os investimentos da estatal no período em US\$ 236,5 bilhões — média de US\$ 47,3 bilhões por ano. Na reunião de ontem, a CAE aprovou a realização

de mais duas audiências públicas: uma para debater os cartões de crédito, conforme sugestão da senadora Ana Amélia (PP-RS); outra para discutir o papel da biotecnologia na indústria farmacêutica, por sugestão do senador Eduardo Braga (PMDB-AM).



Blairo Maggi: Congresso Nacional precisa mudar Estatuto do Motorista

Blairo: exigências do Estatuto do Motorista encareceram frete rodoviário

Blairo Maggi (PR-MT) pediu que o Congresso reveja a Lei 12.619/12, que regulamentou a jornada de trabalho e o tempo de direção de motoristas profissionais. De acordo com Blairo, a exigência de 30 minutos de descanso após quatro horas de trabalho provocou uma alta

de 30% nos preços dos fretes rodoviários no Paraná, devido ao maior tempo necessário para transportar as cargas. A determinação da lei que limita o tempo diário de direção a 11 horas, continuou, causou uma concentração do trânsito de caminhões no período diurno.

Comissão amplia área de abrangência da Codevasf

O pequeno produtor rural do Vale do Rio Vaza-Barris poderá ser beneficiado com a inclusão da bacia na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), o que poderá gerar emprego e melhores condições de vida para

a população local. Projeto com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). — Com a qualidade do corpo técnico e o estágio de maturidade da empresa, a atuação da Codevasf promoverá melhoria

significativa da qualidade de vida dos habitantes do vale — ressaltou o relator, João Vicente Claudino (PTB-PI), ao apresentar parecer pela aprovação da proposta. Os autores do projeto de lei (PLS 143/12) são Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Lídice da Mata (PSB-BA).

No primeiro dia do esforço concentrado de votações após o recesso, o Senado aprovou uma série de projetos importantes. A proposta que cria cotas em universi-

dades para estudantes de escolas públicas vai a sanção. Outros dois projetos originários de medidas provisórias também passaram no Plenário, criando um conjunto de estímulos

para a economia. Além disso, foram aprovadas obrigatoriedade do diploma para jornalistas e aposentadoria especial para garçons — matérias que agora seguem para a Câmara.

Vai para sanção texto que prevê cota obrigatória nas federais

A POLÍTICA DE cotas para ingresso nas universidades e escolas técnicas federais foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. O projeto de lei em questão (PLC 180/08) assegura metade das vagas por curso e turno a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas da rede pública. Aprovado em votação simbólica, a proposta agora vai para a sanção presidencial.

Pelo projeto, pelo menos 50% das vagas devem ser reservadas para quem tenha feito o ensino médio integralmente em escola pública. Para tornar obrigatórios e uniformizar modelos de políticas de cotas já aplicados na maioria das universidades federais, o projeto estabelece critérios complementares de renda familiar e étnico-raciais. Dentro da cota mínima de 50%, haverá a distribuição entre negros,

pardos e indígenas proporcional à composição de cada estado, tendo como base as estatísticas do IBGE. A política de cotas, pelo texto aprovado, tem validade de dez anos. A medida foi defendida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que informou que, de cada dez alunos do país, um estuda em escola privada. Ou seja, o projeto beneficiaria a ampla maioria dos estudantes brasileiros. A senadora Ana Rita (PT-ES)

também saiu em defesa da proposta, garantindo que faz "justiça social com a maioria da população brasileira". O senador Pedro Taques (PDT-MT) citou os Estados Unidos como exemplo bem-sucedido da política de cotas nas universidades. Ele disse que o país, que era extremamente racista, após adotar a política de cotas raciais, tem um presidente negro.

Autonomia

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) reprovou a iniciativa sob o argumento de que "impõe uma camisa de força" a todas as federais. Segundo ele, o texto fere a autonomia universitária. Além disso, argumentou o senador, para que o ensino superior seja de qualidade, é preciso adotar um critério de proficiência, ou seja, que os alunos que ingressem na instituição tenham notas altas.

Outra crítica do senador ao projeto é a exigência de que as vagas para cotas raciais, por exemplo, sejam proporcionais ao contingente de negros ou índios existentes no estado onde se localiza a instituição de ensino. Aloysio observou que um negro inscrito em uma universidade de Santa Catarina disputaria um número menor de vagas do que outro estudante, também negro, mas inscrito na Bahia. Aloysio Nunes foi o único senador a votar contrariamente ao projeto em Plenário.



Renan Calheiros fala na sessão em que o Plenário aprovou reserva de 50% das vagas das universidades federais para alunos de escola pública

Projeto aprovado cria programas de incentivo para a educação

A educação também é beneficiada pelo PLV 18/12, decorrente da MP 563/12 e aprovado ontem pelo Senado para criar programas de incentivos à captação de recursos. Para promover a inclusão digital nas escolas públicas, o projeto prevê o Programa Um Computador por Aluno (Prouca) e a criação do Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional (Reicomp). Com os programas, escolas e entidades assistenciais a pessoas com deficiência terão acesso facilitado aos equipamentos.

Também se estabelece um regime especial para construção de creches e pré-escolas em que a cobrança de vários tributos, como Imposto de Renda, PIS-Pasep e Cofins, será unificada em uma única taxa, de 1% da receita mensal da construtora. — Estamos dando à construção de creches e pré-escolas o mesmo tratamento que é dado ao Programa Minha Casa, Minha Vida — explicou o relator da matéria, Romero Jucá. Outra programa criado é o de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículo Automotores, o Inovar Auto. Com vigência até dezembro de 2017, dá incentivo à produção nacional e à melhoria do controle ambiental dos automóveis produzidos no Brasil. Entre as medidas, está a isenção de tributos sobre os créditos presumidos de IPI.

A saúde é outro tema que recebe incentivos no projeto. O Programa de Atenção Oncológica (Pronon) visa captar recursos para prevenção e combate ao câncer, com aplicação em pesquisas, formação e treinamento de profissionais. Outro programa criado foi o de Apoio à Pessoa com Deficiência (Pronas), a ser implementado por meio de incentivos fiscais a entidades sem fins lucrativos que ofereçam ações e serviços de reabilitação para pessoas com deficiências motoras, auditivas, visuais, mentais, intelectuais, múltiplas e de autismo. O projeto trata ainda da destinação de mercadorias não autorizadas apreendidas nos portos, da mudança de regras de preço e transferência para importação e exportação

dentro do mesmo grupo econômico e da renegociação das dívidas bancárias com o parcelamento do imposto devido paulatinamente com o recebimento do efetivo pagamento. A variedade de temas foi questionada pelos senadores da oposição. Acácio Neves (PSDB-MG), relator da PEC das MPs (PEC 70/11), que altera o rito de tramitação das medidas provisórias no Congresso, afirmou que matérias sem a menor conexão entre si participam da discussão, impedindo que sejam efetivamente discutidas com profundidade.



Aécio diz que grande variedade de temas na mesma MP impede discussão profunda

Programas	
O PLV 18/12, que dá isenção tributária a diversos produtos, também criou programas de incentivo e captação de recursos nas áreas da saúde e da educação	
Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon)	Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas)
Programa Um Computador por Aluno (Prouca)	
Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional (Reicomp)	
Regime especial para a construção de creches e pré-escolas	
Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículo Automotores (Inovar Auto)	

Passa em Plenário MP que estimula economia

O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão 18/12 — decorrente da Medida Provisória 563/12 —, que, entre outros assuntos, dá isenção tributária a diversos produtos, estabelece regimes fiscais diferenciados e desonera a folha de pagamentos de alguns setores, para incentivar a economia. Essa é a primeira das medidas provisórias que integram o Plano Brasil Maior. Vai agora para a sanção presidencial. O texto original encaminhado pelo Executivo beneficiava com desoneração da folha de pagamento vários setores, como o hoteleiro, o



Romero Jucá, que apoiou a MP

moveleiro, o de autopeças, e o de chips. Na análise da matéria no Congresso, o benefício foi estendido a empresas de transporte de carga e de passageiros, fabricantes de brinquedos, fornecedores de pedras (granito e mármore) e parte do agronegócio (carne, soja e milho).

Os benefícios

Parte do Plano Brasil Maior, medida provisória concede incentivos a vários setores da economia	
SETORES BENEFICIADOS	
no texto original da MP	hoteleiro ■ moveleiro ■ de autopeças ■ naval ■ aéreo ■ de empresas de call center ■ de projetos de circuitos integrados (chips) ■
no PLV 18/12 aprovado	empresas de transporte de carga e de passageiros (rodoviário, marítimo e aéreo) ■ fabricantes de brinquedos (bonecos, triciclôs, trens elétricos, musicais) ■ fornecedores de pedras (granitos e mármore) ■ parte do agronegócio (carne, soja, milho) ■

Medida provisória garante mais recursos para o PAC

Ontem, o Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 19/12 — decorrente da Medida Provisória (MP) 564/12 —, que amplia o crédito para diversos setores da economia. O texto agora vai para a sanção da presidente da República. O senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), relator da

materia, disse que o PLV fortalece a indústria brasileira diante da crise internacional e colabora com a geração de emprego e renda. A medida provisória integra a segunda fase do Plano Brasil Maior, amplia as fontes de financiamento de setores afetados pela crise internacional e garante investimentos em projetos de grande vulto, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das parcerias público-privadas (PPPs).



Eunício Oliveira, relator do texto

A MP também autoriza a União a injetar até R\$ 45 bilhões no BNDES.

Acatado o fim da multa de 10% do FGTS por demissão

O Plenário aprovou projeto que acaba com a cobrança de 10% de multa rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) paga pelo empregador em caso de despedida de empregado sem justa causa. Conforme emenda aprovada, o texto prevê a entrada em vigor da medida somente em junho de 2013, o que garante tempo para que a proposta (PLS 198/07 — Complementar) seja examinada pela Câmara dos Deputados.

O relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o projeto não cria nenhum embaraço para os empregados. Segundo ele, a multa foi instituída para possibilitar o pagamento de um débito que existia do FGTS com os empregados vinculados ao fundo. — Fizemos no Senado a renegociação de R\$ 40 bilhões, já pagos aos trabalhadores. Não há mais motivo de cobrança dessa multa. Devemos encerrar essa cobrança — afirmou.

Senado aprova diploma obrigatório para jornalistas

Por 60 votos a 4, o Plenário aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/09, que torna obrigatório o diploma superior de Comunicação Social, habilitação jornalística, para o exercício da profissão. A PEC, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), segue agora para a Câmara. A proposta mantém a figura do colaborador, sem vínculo empregatício, e valida registros obtidos sem diploma no período anterior. O objetivo é neutralizar decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que em junho de 2009 revogou a exigência. De 1º julho de 2009 a 29 de junho de 2011, foram concedidos 11.877 registros, 4.764 sem diploma.

Aloysio Nunes (PSDB-SP) disse que a exigência pode ser uma forma de limitar a liberdade de expressão. Apoiaram a PEC Ana Amélia (PP-RS) e Lúcia Vânia (PSDB-GO), que são formadas em jornalismo, além de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Paulo Davim (PV-RN), Magno Malta (PR-ES) e Wellington Dias (PT-PI). Valadares argumentou que a falta do diploma só é boa para os grandes conglomerados de comunicação, que poderiam pagar salários menores.



Valadares diz que a falta de diploma só é boa para empresas de comunicação

Aposentadoria especial de garçons segue para votação na Câmara

Garçons e outros profissionais de bares e restaurantes terão direito a aposentadoria especial, segundo projeto (PLS 652/11 — Complementar) aprovado ontem no Plenário. O texto segue agora para votação na Câmara dos Deputados. Além de garçons, trabalhadores que atuem nas funções de maître, cozinheiro de bar ou restaurante e confeitiro também poderão ter direito a se aposentar mais cedo, após 25 anos de contribuição. O autor da proposta, senador Gim Argello (PTB-DF), argumenta que profissionais de bares e restaurantes são submetidos a condições prejudiciais à saúde, como a necessidade de permanecer em pé durante longos períodos e a exposição à forte variação de temperatura, em câmaras frigoríficas, fogões e fornos.

Atualmente, apenas pessoas com câncer ou HIV podem retirar o dinheiro do banco; se proposta for aprovada, outros doentes graves também terão direito ao benefício

Texto permite a doente sacar PIS-Pasep

TRABALHADORES COM DOENÇAS graves poderão sacar o saldo de suas contas do PIS-Pasep, conforme proposta aprovada terminativamente (sem necessidade de ir a Plenário), ontem, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Atualmente, as hipóteses de saque se restringem aos portadores de neoplasia maligna (câncer) ou do vírus HIV.

Ao apresentar o projeto (PLS 432/08), em 2008, o então senador Sérgio Zambiasi argumentou que o tratamento diferenciado a algumas classes de doentes "é extremamente injusto".

A relatora da proposta, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que os tribunais regionais federais têm formado jurisprudência no sentido de permitir o saque do PIS-Pasep nas mesmas hipóteses de saque do FGTS, por serem, ambos, fundos criados com a finalidade de proteção do trabalhador.

O saque do FGTS em casos de doenças graves já é disciplinado em lei.

Segundo a senadora, do ponto de vista econômico, a norma reduzirá custos em processos administrativos e judiciais, tanto para os titulares dos saldos quanto para a Caixa e o Banco do Brasil, "na qualidade de sujeitos passivos nas citadas ações judiciais em que se pleiteiam o alvará judicial para o levantamento dos saldos".



Delcídio do Amaral preside sessão da Comissão de Assuntos Econômicos: projeto beneficia portadores de doenças graves

Idoso poderá obter remédio a preço de custo

As farmácias poderão ter benefício fiscal para vender remédio a preço de custo aos aposentados.

Uma proposta com esse objetivo, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto de lei (PLS 181/10), que ainda será votado terminativamente (sem necessidade de ir a Plenário) pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), permite a farmácias e drogarias lançar a diferença entre o preço de custo e o de mercado como despesa operacional da empresa.

O Ministério da Saúde publicará uma lista de medicamentos que poderão ser vendidos nessas condições, conforme a proposta.

O benefício será restrito aos aposentados com doenças crônicas, que façam uso contínuo dos medicamentos e tenham sido atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Na justificativa, o autor argumenta que 90% dos aposentados recebem proventos inferiores a dois salários mínimos, "montante inferior ao custo de aquisição de diversos medicamentos de uso continuado necessários à saúde e ao

bem-estar dos idosos".

Crivella cita as frequentes promoções de descontos oferecidas pelas farmácias e drogarias como evidência de que as margens de lucro comportariam uma redução sem comprometer o desempenho das empresas.

A relatora do projeto, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que a limitação da aplicabilidade das regras a uma lista de medicamentos previamente divulgada pelo Ministério da Saúde impedirá o aproveitamento dos benefícios de forma inadequada ou abusiva.

Mozarildo pede ao governo que priorize a saúde

A preocupação do brasileiro com a saúde, apontada por pesquisa do DataSenado, foi lembrada



em pronunciamento de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Segundo a pesquisa, a saúde é a maior preocupação de 34% dos brasileiros.

— Que adianta pensar em obras megalomânicas se a pessoa vive mal, não tem saúde, não tem educação e vê, escandalizada, que a corrupção só faz aumentar nesse país?

Davim registra aumento de transplantes

Paulo Davim (PV-RN) saudou ontem o avanço do número de transplantes no Brasil. No



Rio Grande do Norte, em especial, dados do Ministério da Saúde apontam que em 2012 houve um crescimento de 32% em relação a 2011.

O senador registrou ainda que 7.793 transplantes foram feitos no Brasil no primeiro quadrimestre, contra pouco mais de 5 mil em 2011. A região Norte registrou 109% de aumento nas cirurgias.

Senadores condenam proposta que impede Ministério Público de fazer investigação criminal

Senadores da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) criticaram ontem, em reunião com representantes dos ministérios públicos (MPs) da União, dos estados e do Distrito Federal, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/11, que retira do MP a prerrogativa de fazer investigações criminais. A PEC, do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), atribui a competência apenas à Polícia Federal e às polícias civis.

Renan Calheiros (PMDB-AL), que propôs a reunião, disse que



Sérgio Souza, Fabiano Silveira, Pedro Taques, Renan Calheiros, Cláudio Lopes, Fernando Collor, José Pimentel e Cesar Nader

a Constituição tornou o MP essencial para a Justiça. Fernando Collor (PTB-AL) considerou a PEC uma "amputação" das atribuições constitucionais. Pedro Taques (PDT-MT) lembrou que

em quase o todo mundo vigora a universalização da investigação.

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, Cláudio Soares Lopes, disse ser de grande

interesse para o MP a criação de um canal de diálogo com o Congresso. Ele se reuniu antes com o presidente do Senado, José Sarney, e apontou a inconstitucionalidade da PEC.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Diretor da TIM nega denúncia de desligamento proposital de chamadas

Hoje tem audiência pública com as operadoras de celular, e cidadãos podem participar pelo Twitter ou pelo Facebook

APÓS REUNIÃO COM o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), ontem, o diretor de Assuntos Regulatórios da TIM, Mario Girasole, negou que a empresa tenha desligado propositalmente chamadas do plano Infinity, que cobra por ligação feita.

Hoje a crise da telefonia móvel no país será discutida em audiência pública conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA). Cidadãos de todo o país poderão participar por telefone (0800 612211), pelo Twitter (@alosenado) e pelo Facebook (www.facebook.com/agenciasenado).

A denúncia contra a TIM, publicada ontem no jornal *Folha de S.Paulo*, cita relatório da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) segundo o qual, só em 8 de março, foram desligadas 8,1 milhões de ligações, gerando faturamento extra de R\$ 4,3 milhões porque obrigava os



Girasole, em reunião com Braga, diz que quedas podem ter sido por falta de bateria

usuários a fazer nova ligação.

Girasole alegou que o relatório da Anatel tem falhas técnicas graves, como a falta de detalhamento do motivo da queda das ligações, que, segundo ele, podem ter sido causadas, entre outras coisas, pelo término de energia da bateria do aparelho celular. O diretor afirmou que, nas análises da TIM, as quedas de ligação naquele dia estão entre 1% e 1,5% — padrões regulamentares.

Braga, presidente da CCT, alertou que a prática é crime e, caso seja comprovada, pode gerar até cassação da outorga para exploração da telefonia celular. O senador disse que

a audiência de hoje será uma ótima oportunidade para a empresa se explicar à sociedade. Mesma opinião tem Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA.

— Isso é inadmissível, e é óbvio que questionaremos a instituição representativa das operadoras de telefonia celular em relação a essas denúncias — disse Rollemberg.

CPI da Telefonia

Embora venha prosperando entre alguns senadores e deputados a ideia de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as operadoras de telefonia, Braga considera importante esgotar

todos os canais de debate e entendimento. Ele defende que antes sejam ouvidos o governo e a sociedade, além dos órgãos de fiscalização e controle, e não somente as operadoras.

— A CPI é um instrumento a ser preservado, que poderá vir depois de tudo ser exaurido — disse o senador.

O objetivo da audiência de hoje é analisar as providências tomadas pelas empresas para resolver problemas na prestação de serviços. No mês passado, as operadoras TIM, Oi e Claro tiveram de suspender temporariamente a ativação de novas linhas, por determinação da Anatel, até que apresentassem novos planos de investimento.

Em nota divulgada ontem, a Anatel explicou os procedimentos cabíveis quanto ao relatório que motivou a denúncia contra a TIM por supostos desligamentos propositalmente. “Somente após a regular tramitação do processo, com direito ao contraditório e à ampla defesa da prestadora, a agência vai deliberar sobre o assunto e adotará as providências legais e regulamentares cabíveis”, dizia a nota.

Rollemberg: ação da operadora, se confirmada, é “escárnio com o Estado”



Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) comentou a notícia de que a TIM derruba ligações telefônicas de seus clientes.

— Se confirmado, isso representa um verdadeiro escárnio com o

Estado brasileiro, com o Senado, com os órgãos de fiscalização do país. É uma afronta ao Estado de direito.

O senador disse que, segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT), a telefonia celular consome em média 8,5% da renda do brasileiro. Também segundo a UIT, o Brasil é, entre os países do Brics, o que tem a maior tarifa de telefonia móvel.

— É uma situação de extrema gravidade, e o Senado não pode ficar omissivo.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sugeriu a criação de uma CPI sobre o assunto.

Casildo afirma que, diante dos problemas na telefonia, é preciso “gritar”



Casildo Maldaner (PMDB-SC) criticou a telefonia móvel no Brasil. Ele disse que é preciso “gritar um pouco” diante dos problemas verificados no setor.

Casildo lembrou a suspensão que a Anatel aplicou a três operadoras de telefonia no mês passado. E citou a notícia de que a TIM interrompe de propósito chamadas pouco lucrativas.

— A atitude lesa gravemente os consumidores e exige medidas drásticas do Ministério Público e da Anatel — afirmou o senador.

Casildo disse que essas situações mostram que as operadoras tratam o usuário indevidamente. O senador reconheceu que houve um avanço no setor nos últimos anos, mas ressaltou que a qualidade deve acompanhar a quantidade.

Anibal quer melhoria na qualidade dos serviços de telefonia celular



A necessidade de discutir a situação da telefonia móvel no Brasil foi destacada por Anibal Diniz (PT-AC). O senador elogiou a iniciativa das comissões que promovem hoje

audiência pública sobre o tema.

Anibal Diniz informou que dados do Ministério da Justiça mostram que a telefonia móvel é hoje responsável por mais de 78 mil denúncias nos Procons do o país, sendo a campeã de reclamações. As queixas são de cobranças abusivas, serviços contratados e não oferecidos, falta de assistência técnica e atendimento ruim.

O senador também pediu voto de pesar pela morte do professor Raimundo Gomes de Oliveira — conhecido como Raimundo Louro —, que, disse, prestou importante serviço à educação no estado do Acre.

Senado debaterá passagem aérea cara no Norte

O Senado realizará audiência pública para discutir o alto preço de passagens cobrado pelas empresas aéreas nas regiões Norte e Nordeste. O debate será feito pelas comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

Requerimento com esse

objetivo, dos senadores João Capiberibe (PSB-AP), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Jorge Viana (PT-AC) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), foi aprovado ontem pela CMA.

Para Viana, o assunto é de interesse nacional. Em sua opinião, a situação do transporte aéreo brasileiro já é grave e poderá piorar na

Copa de 2014 e nas Olimpíadas de 2016.

Para Randolfe, o transporte aéreo na região Amazônica é um “verdadeiro caos”, o que exige providências urgentes das autoridades. Ele disse que as pessoas ficam sujeitas ao monopólio de companhias aéreas, que praticam “preços abusivos”.

Foram convidados para discutir o tema o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos; o diretor-presidente da Anac, Marcelo Pacheco dos Guarany; e o ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt. Também participarão do debate os presidentes das empresas aéreas TAM, Gol e Trip.

Comissão da MP do Código Florestal reúne-se hoje

Foi adiada para hoje a reunião da comissão mista que analisa a medida provisória (MP 571/12) que alterou o novo Código Florestal (Lei 12.651/12). Serão examinados os 343 pedidos de destaque para votação de emendas em separado.

Já foi aprovado na comissão, em julho, o texto-base apresentado pelo relator, Luiz Henrique (PMDB-SC). O relator busca construir um texto final de consenso, que facilite a aprovação da matéria na Câmara e no Senado.

A MP foi editada com o propósito de cobrir lacunas deixadas por vetos da presidente Dilma Rousseff, ao projeto de novo Código Florestal.

Jucá pede à PF que resgate garimpeiros em reserva ianomâmi

Romero Jucá (PMDB-RR) pediu a ação da Polícia Federal para retirar garimpeiros que se encontram isolados na reserva ianomâmi, em Roraima. Em ação recente do Exército e da PF contra garimpos na área, aviões foram retirados e pistas, destruídas. Segundo o senador, que recebeu pedido de ajuda da Assembleia Legislativa de Roraima, são mais de 300 garimpeiros sem alimentação e assistência médica.

Jucá também comemorou os seis anos da criação da Lei Maria da Penha, que endureceu as penas para crimes contra a mulher. Ele defendeu, no entanto, maior rapidez nos julgamentos desses crimes.

Proposta torna lixeiras obrigatórias em ônibus

A inclusão de lixeiras como equipamentos obrigatórios nos veículos de transporte de passageiros com mais de 15 lugares está prevista em projeto (PLC 90/11) aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). A proposta agora vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para o autor, o então deputado Antonio Carlos Panunzio, a medida contribuirá para evitar que passageiros joguem lixo pelas janelas.

O relator do projeto na CMA, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), considera que a medida vai permitir que passageiros coloquem o lixo em local adequado.

Senadoras cobram avanços na aplicação da Lei Maria da Penha

Em comemoração pelos seis anos da legislação, parlamentares e especialistas fazem balanço da situação atual da violência contra a mulher no Brasil: muito a avançar

NA AUDIÊNCIA PÚBLICA pelo aniversário de seis anos da Lei Maria da Penha, ontem, as senadoras Ana Rita (PT-ES) e Marta Suplicy (PT-SP) cobraram mais avanços na aplicação da lei.

Ana Rita, relatora da CPI mista que investiga a violência contra a mulher, disse que a comissão constatou que os estados destinam muito pouco do seu orçamento ao combate a esse crime.

Marta informou que, entre as agressões notificadas, a que mais ocorre é a física (78,2%), seguida pela psicológica (32%) e sexual (7,5%). Entre todas as agressões, 38,4% são reincidentes.

— As reincidências são o prenúncio do assassinato — alertou a senadora.

Representante do Conselho Nacional de Justiça, o juiz Álvaro Kalix Ferro reconheceu que muitos juizados estão “abarrotaados” e precisam ser desdobrados.

A jornalista Cecília Bezerra Sousa, representante do grupo Pretas Candangas, afirmou que a comemoração foi tripla: pelos seis anos da Lei Maria da Penha; pela assimilação da lei pela sociedade e sua aplicação; e pela inclusão do enfoque racial no debate.

Priscilla Caroline Brito, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, disse que os recursos para o enfrentamento à violência contra a mulher vêm crescendo, mas lamentou que isso ainda não se reflita na diminuição dos assassinatos: o Brasil é o sétimo país no ranking de homicídios femininos.

A delegada Ana Cristina Santiago, da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Distrito Federal, disse que a lei é essencial no trabalho da polícia, mas reconheceu que é necessário preparar os profissionais.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatoras do projeto que resultou na Lei Maria da Penha, lembraram que houve ampla discussão e que aprimoramentos foram feitos levando-se em conta a vontade da população.

Atendendo a pedido de Ana Rita, foi feito um minuto de silêncio em memória da servidora do Senado Cristiane Yuriko Miki e de todas as mulheres vítimas de violência. A secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, lembrou que a violência não atinge somente a vítima, mas também familiares e amigos.



Jô Moraes, Jandira Feghali, Priscilla Brito, Ana Rita, Cecília Sousa, Álvaro Ferro e Lúcia Vânia

Exposição de fotografias mostra combate do Congresso à violência contra a mulher

Lei Maria da Penha: seis anos em defesa das mulheres é o nome da exposição de fotografias aberta ontem no Senado, mostrando a trajetória da lei no Congresso e ações da Câmara e do Senado para frear a violência contra a mulher.

O presidente da Casa, José Sarney, destacou, na abertura da mostra, que a Lei Maria da Penha representa uma mudança de mentalidade, “deixando no passado a ideia absurda de que a vítima é culpada por provocar a violência”.

Participaram da solenidade senadores, deputados federais e os atores Malvino

Salvador e Oscar Magrini.

A exposição contou com a colaboração de setores da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs). O projeto gráfico e a identidade visual da exposição foram feitas pela Subsecretaria de Projetos Especiais (Supres).

A pesquisa e o tratamento das fotos ficaram a cargo da Coordenação de Fotografia. Os textos foram elaborados pelo gabinete da senadora Ana Rita (PT-ES). A revisão foi feita pelo **Jornal do Senado**. As peças foram impressas pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep).



A senadora Marta Suplicy discursa na abertura da exposição fotográfica sobre a Lei Maria da Penha

Vanessa: mais que punir, lei procura evitar atos de violência contra a mulher

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que a Lei Maria da Penha tem criado mecanismos efetivos para coibir a violência contra as mulheres. Segundo a senadora, a lei não é punitiva, mas procura prevenir o crime e dar assistência não só à vítima, mas também à pessoa que cometeu o crime.

Até os 14 anos, disse, a violência é praticada principalmente pelos pais. Dos 20 aos 60, pelo parceiro ou ex-parceiro. Após os 60, pelos filhos.



Moreira Maniz/Agência Senado

Ana Amélia: brasileiro conhece a norma, mas não sabe como é aplicada

Ana Amélia (PP-RS) discursou sobre a importância da Lei Maria da Penha diante das estatísticas de violência contra a mulher no país.

O Brasil é, entre 84 países, o sétimo mais violento, segundo a Organização Mundial da Saúde — 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres.

— Ainda temos muito a fazer. Precisamos dar visibilidade [à lei], porque as pessoas a conhecem, mas não sabem como é aplicada.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lei promoveu no país uma guinada sem precedentes, segundo Cyro Miranda

Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que, com a Lei Maria da Penha, houve no país uma “guinada sem precedentes na forma de ver, tratar e respeitar a mulher, na sua condição e plenitude de direitos”.

O senador ressaltou a necessidade de garantir a cada dia o cumprimento da Lei Maria da Penha, lamentando que a violência contra a mulher continue sendo uma realidade no país.



Moreira Maniz/Agência Senado

Eduardo Lopes enfatiza resultados positivos e desafios do texto legal

Eduardo Lopes (PRB-RJ) destacou que, de 2006, quando a Lei Maria da Penha entrou em vigor, até meados de 2011, houve 111 mil sentenças favoráveis à mulher. No período, disse, foram feitas cerca de 9,7 mil prisões em flagrante e decretadas quase 1,6 mil prisões preventivas de agressores. O senador lamentou, no entanto, a morosidade da Justiça, o que, afirmou, tem levado ao assassinato de muitas mulheres.



Moreira Maniz/Agência Senado

Lídice lembra funcionária do Senado assassinada pelo ex-marido

Apesar da Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher não diminuiu, avaliou a senadora Lídice da Mata (PSB-BA). Como exemplo, citou a servidora do Senado Cristiane Miki, morta a facadas pelo ex-marido.

— Esse é o exemplo maior de o quanto esta Casa precisa lutar contra a violência que se abate sobre a mulher. Ela não está distante de nós. Ela está tão próxima e tão ao nosso lado que atingiu diretamente esta Casa.



Pedro Franco/Agência Senado

“Todos nós temos a obrigação de colocar a lei em prática”, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) disse que a violência contra as mulheres é “uma das maiores brutalidades que a história registra contra o ser humano”. Ele citou os seis anos da Lei Maria da Penha.

— A lei avança e temos obrigação de fazer com que seja implementada. A tristeza é a violência praticada contra as mulheres, os maus tratos, as agressões físicas e verbais, os assassinatos.

Na abertura da sessão, a senadora Marta Suplicy (PT-SP) disse que o assassinato da servidora do Senado Cristiane Yuriko Miki, pelo ex-marido, dá a dimensão da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

Jorge Viana destaca início dos trabalhos da comissão do novo Código Penal

Jorge Viana (PT-AC) afirmou que, no dia em que se celebram seis anos da Lei Maria da Penha, o Senado dá um grande passo no combate à violência ao instalar a comissão especial que analisará o projeto de reforma do Código Penal — os trabalhos começam hoje. Integrante da comissão, ele destacou que o Brasil registra índices alarmantes de violência — com 3% da população mundial, é responsável por 12% dos homicídios do mundo.



Pedro Franco/Agência Senado

Suplicy elogia decisão de cobrar de agressor gastos do INSS com mulher agredida

Eduardo Suplicy elogiou a decisão da Advocacia-Geral da União (AGU) de ajuizar ações, em casos de violência doméstica, para que os agressores devolvam ao INSS os gastos com auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

— Ações como essa mostram a evolução de nossa sociedade em tema tão caro e evocam o valor de Maria da Penha como símbolo de luta pelos direitos humanos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado em sintonia com o cidadão



► Cidadãos acompanham, das galerias do Plenário, em julho, votação de projeto pelos senadores: processo de aproximação com a sociedade continuou no primeiro semestre com uma série de iniciativas

Nos últimos anos, o Senado desenvolveu várias ações mirando três objetivos principais: a transparência e o acesso amplo à informação; mais rapidez e eficiência no trabalho parlamentar; e racionalização administrativa, com redução dos gastos. O balanço do primeiro semestre mostra a Casa ainda mais aberta à participação da sociedade.

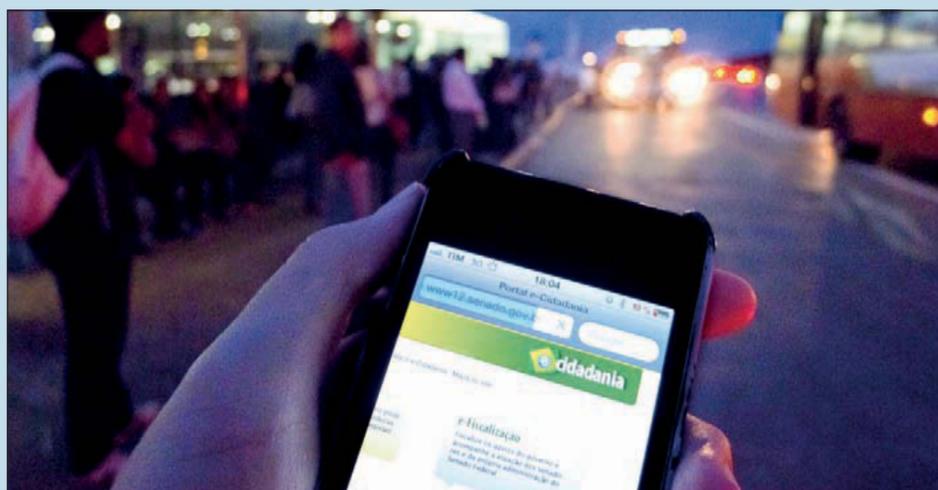
Processo legislativo mais ágil com novas ferramentas

Na busca de um Legislativo cada vez mais ágil para prestar um serviço ainda melhor à população, os senadores passaram a contar com novos instrumentos. Caso dos *tablets*, que permitem maior interação com os cidadãos, e do sistema Comiss, que acaba com o uso de papel na tramitação de projetos. Já a Consultoria Legislativa do Senado, reconhecida pela competência técnica de seus estudos, intensificou o trabalho nas comissões. **2, 5 e 6**

Maior eficiência administrativa traz redução de despesas

O Senado adotou novos procedimentos gerenciais e de planejamento na área administrativa. A redução da burocracia trouxe ganhos visíveis, inclusive para a diminuição de custos. A economia com horas extras no primeiro semestre chegou a R\$ 2 milhões em relação a igual período de 2011. Mais R\$ 3 milhões foram economizados, em um ano, com a troca dos carros dos senadores e dos veículos de serviço por frota alugada. **4**

Casa inova ao convidar especialistas para atualizar códigos do país 6



► Aplicativos para dispositivos móveis permitem acompanhar trabalho do Senado e até apresentar propostas

Diálogo com a sociedade antecipa exigências da Lei de Acesso à Informação

O Senado não teve dificuldade para se adequar à Lei de Acesso à Informação (LAI), que entrou em vigor no primeiro semestre. Em seu portal na internet, muitas das exigências já eram executadas. Contratos, relações de servidores, salários e verbas parlamentares estão à disposição

do internauta. Sem falar na criação do Portal e-Cidadania, que permite ao cidadão colaborar com ideias legislativas. Também foram estimulados projetos de aproximação com a sociedade, como o Jovem Senador, e continuada a expansão da Rádio e da TV Senado. **3, 7 e 8**

Informações sobre o processo legislativo ganham maior rapidez devido a novos produtos para uso da sociedade

Tecnologia aproxima os cidadãos dos senadores

Ferramentas eletrônicas possibilitam acesso à informação sobre o Poder Legislativo e estimulam o cidadão brasileiro a pesquisar, fiscalizar e acompanhar as atividades dos seus representantes

RESPONSÁVEL PELA área de processo legislativo do Senado, a Secretaria-Geral da Mesa (SGM) deu início, a partir de 2009, a um amplo processo de modernização para dar transparência cada vez maior ao Poder Legislativo. Segundo a secretária-geral, Claudia Lya, as mudanças introduzidas pela Política de Gestão do Processo Legislativo Eletrônico (PLE) garantem ao cidadão acesso ágil, consistente e simples “a todo tipo de informação, por meio de um computador”.

Estamos estimulando o cidadão a participar do processo legislativo, pesquisando, fiscalizando e acompanhando as atividades do Senado e dos senadores — disse Claudia.

As novidades sobre o

processo legislativo são disponibilizadas no *site* do Senado (www.senado.gov.br), com ferramentas de acesso a serviços e informações já existentes, além da oferta de novos produtos, criados para facilitar a vida do

cidadão. A secretária-geral cita inúmeros *links* já disponíveis no *site*, como “Consolidações temáticas”, “Questões de ordem”, “Dados abertos”, “Explicação da ementa” e “Quadros comparativos de projetos e de leis”.

A qualidade da informação oferecida eletronicamente é um dos maiores benefícios da modernização e vem acompanhada por outro grande ganho: a redução de impressos, que significa preservação do meio ambiente.



WALDEMAR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

▶ Votações no Senado podem ser acessadas, em tempo real, no mundo todo

Discursos são publicados em minutos

OS DISCURSOS e debates em Plenário e nas comissões ficam disponíveis na internet poucos minutos após acontecerem. Segundo a diretora da Secretaria de Taquigrafia, vinculada à SGM, Zuleide Cunha, até meados de 2009, as notas taquigráficas de um discurso proferido em Plenário eram liberadas para consulta apenas no dia seguinte. As notas das comissões, que eram feitas por empresa terceirizada, ficavam disponíveis em até 15 dias. “Agora, os discursos e debates de Plenário são disponibilizados entre 15 a 20 minutos, e os debates nas comissões, em cerca de 30 minutos”, explica.

Até o final deste ano, a Taquigrafia inicia novo processo de estruturação da informação, com o *Escriba*, sistema que vai automatizar e modernizar o armazenamento das notas taquigráficas, facilitando ainda mais as buscas.

Atualmente, o relatório impresso ao final de cada sessão e disponibilizado

na internet e no *Diário do Senado* mostra todo o sistema de votação de uma proposta, com a lista de presença de parlamentares e como cada um votou. Em caso de votação secreta, embora não apareça o voto, a lista de presença confirma quem compareceu ao Plenário. Já as resenhas mensais e o *Relatório Anual da Presidência*, também colocados na internet, atestam, entre vários pontos, o número de sessões realizadas no Plenário e nas comissões, a quantidade de propostas aprovadas ou rejeitadas e os temas das audiências realizadas.

É uma prestação necessária de contas à sociedade — ressalta.

Também está sendo elaborado um manual de procedimentos da SGM, com explicações sobre as atividades de cada área. O passo seguinte, segundo o assessor técnico da SGM Jorge Peil, é mapear os relacionamentos entre as áreas da secretaria, para integrar trabalhos e eliminar rotinas redundantes.

Como navegar na página

1 No *site* do Senado, à direita da página, a coluna **Serviços ao Cidadão** oferece diversas opções de consulta

2 A seção **Atividade Legislativa** dá acesso à agenda do dia, à pesquisa sobre tramitação de projetos e a serviços, como o RSS

3 Você também pode acompanhar o **Orçamento da União**

4 E consultar, na seção **Acesso Rápido**, as notas taquigráficas do Plenário e das comissões

Notícias, agendas e projetos na palma da mão



▶ Cícero aponta a economia das ações

DESENVOLVIDOS PELA Agência Senado, *Jornal do Senado* e Prodasen, os aplicativos para celulares e *tablets* permitem acesso às agendas do Senado e às ferramentas de consulta aos projetos em tramitação. Notícias da agência e de todas as edições do jornal também estão disponíveis. Outra possibilidade é o acesso às informações dos senadores.

Os aplicativos podem ser

baixados das lojas virtuais, gratuitamente, para equipamentos da Apple, BlackBerry e os que usam Android.

No primeiro semestre, foram adquiridos pela Casa 110 *tablets* para os senadores. De acordo com o 1º secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), era comum que em uma sessão fossem impressas 20 mil páginas.

Esse custo financeiro e

esse sacrifício ambiental deixam de existir — disse.

Os *tablets* custaram R\$ 189 mil. Considerando o custo dos insumos gráficos, a substituição das publicações impressas significa economia de quase R\$ 2 milhões por ano.

Segundo Cícero, os *tablets* serão importante ferramenta de trabalho que possibilitará também acessibilidade e interação com os cidadãos.

CURSOS DO ILB DEMOCRATIZAM CONHECIMENTO

EM RIO BRANCO, a funcionária de uma delegacia de polícia alterou procedimentos para humanizar o atendimento aos cidadãos. Numa favela de Recife, o professor melhorou a preparação de alunos carentes do ensino médio para concursos públicos. O que há em comum entre eles é que usaram conhecimentos obtidos nos cursos a distância do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado.

As matrículas nos cursos presenciais e a distância já superaram a marca das 225 mil, das quais 2.618 de servidores do Senado e 878 de pessoas no exterior, alcançando 72 países — inclusive militares na missão de paz no Haiti.

Na área de capacitação interna, o esforço do ILB é melhorar o atendimento aos gabinetes parlamentares. Dos 23 cursos oferecidos, só cinco são voltados diretamente ao processo legislativo. A meta é triplicar o número.

Nessa direção, há dois cursos presenciais previstos para este semestre: um de ciência política e outro de avaliação de políticas públicas, para chefes de gabinetes dos senadores.

Há também um de *media training*, com o intuito de aperfeiçoar o relacionamento entre o Senado e os meios de comunicação. O ILB também acaba de retomar os cursos de inglês e espanhol.

A página do ILB na internet é uma das mais visitadas do Senado — média de 500 mil acessos mensais. Estima-se que pelo Facebook o número de pessoas alcançadas por algum tipo de informação produzida pelos cursos a distância chegue a 1,7 milhão.

Para todos

Servidores e não servidores matriculados no 1º semestre

600 alunos em cursos presenciais

200 mil alunos em cursos à distância

23 cursos oferecidos (www.senado.gov.br/ilb)

Produção gráfica

A Constituição, impressa pela Gráfica, continua sendo uma das publicações mais procuradas nas livrarias do Senado

330 títulos publicados pelo Conselho Editorial do Senado

34 títulos da legislação federal publicados em braille desde 1998

2 milhões de exemplares da Constituição brasileira impressos desde 1988

Novas ferramentas permitem que o cidadão não apenas acesse dados, mas faça cursos e até sugira novas leis

Vários caminhos para a informação

Senado, que já cumpria 80% das determinações da Lei de Acesso à Informação, agora aprimora os canais existentes e cria novos meios

A LEI de Acesso à Informação (LAI), que entrou em vigor no dia 16 de maio, permitiu ao Senado ampliar os instrumentos de transparência, aprimorando os recursos já existentes e criando novos meios. O resultado: 505 atendimentos realizados e cerca de 2,52 milhões de acessos na internet. Segundo o presidente do Senado, José Sarney, a Casa foi pioneira na política de transparência e de interação com o cidadão.

Hoje o Portal da Transparência traz dados sobre quadro e salário dos servidores, gastos dos senadores, concursos, licitações e contratos, entre outros. Desde 2009, o Senado, por meio do Siga Brasil, coloca à disposição do público informações sobre o Orçamento da União (veja pág. 5). O portal também disponibiliza formulário específico para solicitação das informações que não forem localizadas no site.



► Comissão Diretora regulamentou a implementação no Senado da Lei de Acesso à Informação

O Senado oferece ainda na internet todas as informações legislativas para consulta e acompanhamento (veja pág. 2).

Com essas iniciativas, verificou-se que a Casa já cumpria 80% das determinações da lei antes mesmo que ela entrasse em vigor. São inúmeros canais de comunicação pública, afirma José Sarney, que permitiram ao Senado antecipar-se ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

O Senado também criou o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com atendimento presencial, instalado próximo ao chamado Túnel do Tempo. Juntamente com o Alô Senado, a Ouvidoria e o portal na internet,

o SIC cria uma interface única de interlocução com a sociedade. Todos os pedidos são encaminhados para as áreas responsáveis, que têm servidores dedicados ao atendimento das solicitações. Esses funcionários passam por aperfeiçoamentos constantes em cursos e seminários da Controladoria-Geral da União (CGU).

Outra iniciativa foi Ato 9 da Comissão Diretora, de 2012, que regulamentou a implementação da LAI e criou a Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos. A comissão está trabalhando em parceria com a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da

União para estabelecer procedimentos de classificação, tratamento e armazenamento de informações.

Na perspectiva de agregar cada vez mais elementos de democracia direta ao trabalho do Legislativo, José Sarney acentua que o Senado investe para que “os cidadãos não só conheçam mais, mas ajam mais e façam parte do processo decisório”. Para Sarney, a internet permite a adoção de novas práticas que assegurem maior participação do indivíduo. E a interatividade proporcionada pelas mídias sociais e pela tecnologia, ressalta, é o caminho para que a população exerça, no futuro, a democracia direta.

Diálogo permanente

Secretaria de Pesquisa e Opinião já estava em contato direto com os brasileiros mesmo antes da LAI (números do 1º semestre)

ALÔ SENADO

499.302 manifestações encaminhadas pela população

18.200 pedidos de informação recebidos em acordo com a LAI

2.100 seguidores no Twitter

DATA SENADO

3 pesquisas de opinião nacionais, com 2.468 entrevistas

23 mil brasileiros ouvidos em enquetes quinzenais sobre projetos de lei

Portal e-Cidadania aumenta interatividade

O SENADO lançou em 15 de maio o portal interativo e-Cidadania, com o objetivo de estimular a participação e o engajamento mais direto dos cidadãos no processo legislativo. O endereço é www.senado.gov.br/ecidadania.

O portal foi concebido com três dimensões principais: e-Legislação, e-Representação e e-Fiscalização. Também tem caráter educativo, com um setor destinado a cursos *on-line*, vídeos educativos, acesso à Biblioteca Digital e a publicações do Senado.

Na parte de e-Legislação, o cidadão

pode propor novas leis. Se a sugestão receber 20 mil apoios ou mais, ela será avaliada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e poderá tramitar formalmente no Senado. Do lançamento do serviço até 25 de julho, foram aprovadas 134 ideias para discussão. Uma delas, sobre lixo em via pública, já foi enviada à CDH. Já em e-Representação, o cidadão pode propor temas para debates nas comissões temáticas da Casa. A proposta que receber 10 mil assinaturas durante o prazo de publicação será

Banco de ideias

Como propor uma ideia legislativa pelo e-Cidadania

PASSO 1:

Antes de propor uma ideia, confira se já não está disponível no portal outra com o mesmo conteúdo.

PASSO 2:

Preencha, no portal, o formulário específico, dividido em área temática, ideia central, identificação do problema e exposição da ideia.

PASSO 3:

Aguarde a avaliação da ideia segundo a adequação à legislação e conformidade com os termos de uso do portal. O prazo de avaliação é de sete dias. Se publicada, a ideia estará disponível para apoio por quatro meses.

encaminhada para a comissão correspondente, que deliberará sobre a conveniência de realização do debate. Foram apresentadas e aprovadas 90 propostas, três das quais já encaminhadas às

comissões. Todas tratam de aumento salarial para as Forças Armadas.

O portal e-Cidadania recebeu mais de 130 mil visitas desde o lançamento até o dia 24 de julho.

ALÔ SENADO: CANAL ABERTO ENTRE POPULAÇÃO E SENADORES

O ALÔ SENADO encaminhou no primeiro semestre 499.302 manifestações da população, 97% dirigidas aos senadores. São opiniões, críticas, sugestões e pedidos de informação que chegaram à Casa por telefone, e-mail, carta ou fax. Ligado à Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop), o serviço é o canal permanente de comunicação entre o cidadão e os senadores.

Com a Lei de Acesso à Informação (LAI), o Alô Senado tornou-se também o meio oficial para receber pedidos de informação a distância. O atendimento presencial é feito pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

O Alô Senado tem 2.100 seguidores no Twitter, com mais de 4 mil mensagens postadas. Durante audiências públicas e nos debates do Parlamento do Mercosul (Parlasul), senadores

e convidados respondem ao vivo perguntas encaminhadas pelo serviço. As perguntas respondidas pelos senadores no programa *Assunto de Estado*, da TV Senado, também chegam por meio dele.

Em formulários eletrônicos na página do Alô Senado, a população envia comentários sobre projetos. Nos últimos sete meses, por exemplo, foram mais de 6 mil contribuições para o anteprojeto do Código Penal.

Em 2012, o DataSenado, também ligado à Sepop, concluiu três pesquisas de opinião nacionais, com 2.468 entrevistas, sobre grandes temas: reforma do Código Florestal, segurança pública e Copa do Mundo no Brasil. Ouviu ainda mais de 23 mil brasileiros, em enquetes quinzenais, sobre projetos em tramitação na Casa.

OUIDORIA FACILITA O ACESSO DO CIDADÃO AO SENADO

A OUIDORIA DO Senado completou em junho um ano de funcionamento, com mais de 3 mil atendimentos. As manifestações do cidadão são enviadas aos parlamentares e setores da Casa para serem respondidas. Segundo o ouvidor-geral, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a Ouvidoria democratiza a relação com o cidadão e facilita o acesso ao Senado e aos senadores.

As manifestações que chegam à Ouvidoria incluem críticas, elogios e sugestões, todas respondidas no máximo em 30 dias.

No primeiro semestre de 2012, os assuntos mais abordados foram o concurso público do



► Flexa Ribeiro, ouvidor-geral

Senado, pedidos de maior rapidez na apreciação de projetos e a reforma do Código Penal.

Em maio foi assinado acordo entre as ouvidorias do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União para facilitar a comunicação com os brasileiros.

Fale com a Ouvidoria

► Internet: www.senado.gov.br/ouvidoria

► Telefone: 0800 612211

► Carta: Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo 2, Bloco A, Térreo, Sala da Ouvidoria. 70165-900 Brasília (DF)

Senado consegue aliar avanços na busca pela excelência com diminuição inteligente de gastos

Racionalidade e modernização resultam em redução de custos

Mudanças na gestão administrativa permitem economia no transporte, nas horas extras e na aquisição de produtos e serviços

O SENADO encerrou o semestre administrativo mais ágil e eficiente. Somente a mudança no modelo de transporte, com a substituição dos carros dos senadores e dos veículos de serviços gerou uma economia de R\$ 3 milhões no período de um ano. A redução dos gastos com horas extras no primeiro semestre de 2012, em comparação ao último semestre de 2011, foi de R\$ 2 milhões. Na aquisição de produtos e serviços, o Senado economizou R\$ 6,1 milhões.

A diretora-geral da Casa, Doris Peixoto, explica que a economia é resultado das mudanças na gestão

administrativa, baseadas em alguns princípios. O primeiro princípio, disse, é a racionalização do fluxo de trabalho e o uso da informatização nas rotinas mais frequentes.

☒ A delegação de competência, com a descentralização do modelo decisório, contribuiu significativamente para redução em 63% do número de documentos protocolados no primeiro semestre ☒ iz.

Segundo Doris, outro pilar da modernização é o treinamento e a capacitação permanentes do quadro de pessoal. Os chefes de serviço passaram por reciclagem para ganhar uma visão mais corporativa

e moderna de gestão. Outra importante ação é a renovação e recomposição da força de trabalho, iniciadas com o recente concurso público.

O terceiro fundamento, afirma, é o engajamento coletivo com o projeto de modernização.

☒ As ações de governança corporativa, pela adoção de melhores práticas de gestão, foram iniciadas e estão sendo disseminadas no corpo gerencial ☒ iz.

A diretora-geral destaca que o parecer da Secretaria de Controle Interno, em seu *Relatório de Gestão do Senado*, diz que “a Administração do

Senado vem demonstrando grande preocupação com o aperfeiçoamento constante da sua transparência e publicidade”, de forma a reduzir os riscos inerentes à atividade de cada órgão. Para o Controle Interno, é “o aumento da eficiência e eficácia no controle

da despesa pública”.

☒ Os avanços existem e temos a consciência de que o trabalho é diário, permanente e requer melhorias contínuas, em busca da excelência administrativa que, hoje, é o nosso maior objetivo ☒ avalia Doris Peixoto.

Economia na gestão da hora extra

Redução dos pagamentos de horas extras somou R\$ 2.081.394,70 na comparação do 1º semestre de 2012 com o semestre anterior

julho a dezembro de 2011	R\$ 6.105.782,81
janeiro a junho de 2012	R\$ 4.024.388,11

Troca de carros por frota alugada permitiu economia de R\$ 3 milhões

NO ANO passado, o Senado mudou o modelo de gestão de sua frota de carros. A frota própria foi substituída por uma frota alugada.

As principais vantagens da iniciativa, de acordo com a Diretoria-Geral, são o redimensionamento da demanda da Casa por transporte interno e a racionalização do uso dos veículos.

A economia foi de R\$ 3 milhões em um ano.

Houve duas etapas para a mudança do modelo. Na primeira, em outubro, foi substituída a frota dos 81 carros dos senadores. Na segunda, em maio, substituíram-se os carros de serviço, que atendem às unidades administrativas.

Para se desfazer dos veículos próprios, o Senado

organizou dois leilões públicos, que renderam R\$ 2,3 milhões.

Até o final deste ano, será realizado o leilão dos últimos carros de serviço.

A mudança na gestão da frota também abriu espaço para unidades administrativas do Senado, que passaram a ocupar instalações que antes abrigavam os carros próprios.

Inversão em licitações acelera compra de produtos e serviços

A ALTERAÇÃO na tramitação das licitações do Senado, feita no último semestre, reduziu de cinco para três meses o prazo do processo. Além de mais ágil, a nova sistemática resultou em maior eficiência nessa que é uma das mais importantes atividades da área administrativa, da qual depende a manutenção e a regularidade dos trabalhos.

Uma das causas do sucesso

foi uma inversão: a pesquisa de preço de mercado, etapa demorada e fundamental, agora é realizada somente depois da elaboração do edital de aquisição do produto ou serviço.

Para 2013, pela primeira vez, a Administração iniciou com antecedência todos os processos previsíveis de compras, como preparação para a adoção de calendário anual de licitações.

Novas práticas gerenciais garantem melhores resultados

COM NOME pouco conhecido, “governança corporativa” é um conceito que surgiu na década de 1990 nos Estados Unidos, quando acionistas de empresas buscavam novas regras para protegê-los dos abusos de dirigentes. Hoje organizações como Banco Mundial e FMI defendem que países adotem essas práticas gerenciais.

Em dezembro, o Senado escolheu essa direção, instituindo o Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, e adotou uma agenda estratégica para orientar as decisões administrativas. Uma das iniciativas foi

capacitar seus 25 diretores e assessores das diretorias em gestão de pessoas alinhada a uma estratégia organizacional na busca por resultados.

A Diretoria-Geral elegeu o processo de contratações e aquisições para ser aprimorado. Para tanto, organizou uma equipe com apoio do Escritório Corporativo de Governança. Neste semestre, adotará medidas para agilizar o processo de compras. Mudanças estruturantes são mais demoradas, mas a curto prazo serão adotadas decisões pontuais, segundo a diretora-geral, Doris Peixoto.

MAIS EFICÁCIA NA GESTÃO DE PESSOAS

O SENADO CONSEGUIU mais agilidade e economia na área administrativa com uma decisão: delegar competências para os diretores de diversas áreas. Assim, muitas decisões que passavam pela Diretoria-Geral foram delegadas a diretores, permitindo que a Secretaria de Recursos Humanos, em parceria com a Secretaria Especial de Informática, adotasse algumas medidas que geraram racionalização do tempo e dos gastos públicos: processo eletrônico de solicitação de férias; autorização eletrônica para o Tribunal de Contas da União consultar os bens e rendas do servidor e do parlamentar; automação dos processos de licenças médicas. Resultado: redução em 63% do número de documentos protocolados no primeiro semestre deste ano.

SIS CAMINHA PARA O EQUILÍBRIO

O SENADO INICIOU em 2011 a modernização da gestão do Sistema Integrado de Saúde (SIS). Um grupo analisou o equilíbrio econômico do plano de saúde dos servidores do Senado e seus dependentes. A iniciativa resultou em projeto de resolução (PRS 55/11) que instituiu novo regulamento para o sistema, que tem 15 mil beneficiários. A proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde tem parecer favorável de Marta Suplicy (PT-SP), presidente do Conselho de Supervisão do SIS. Segundo ela, os desafios são o crescimento das despesas, pelo encarecimento dos procedimentos médicos, e o aumento da idade dos beneficiários. O regulamento dotará o SIS de meios informatizados de controle de receitas e despesas, capazes de gerir as pressões de custos.

Mais economia

Nova metodologia, renegociação de contratos e informatização permitiram a redução de gastos e maior racionalização do trabalho

25% de redução dos gastos previstos no Orçamento de 2013

63% de redução no número de documentos protocolados

33% de redução na impressão de papéis pela área de Recursos Humanos

44% de redução na impressão de papéis pelo Arquivo

No período de um ano houve uma redução de R\$ 1,8 milhão no custo das ligações fixas locais, DDD e DDI

Fortalecimento das consultorias, capacitação de pessoal e novo concurso atestam busca pela qualidade no serviço público

Consultores legislativos mais perto das comissões

Legislação cada vez mais técnica exige especialização maior no assessoramento às decisões tomadas pelos colegiados

CADA VEZ mais o processo legislativo brasileiro se concentra nas comissões, seguindo uma tendência mundial. No primeiro semestre, 510 projetos foram decididos nas comissões, sem chegar ao Plenário. Com base nisso, a Consultoria Legislativa (Conleg) se reorganizou.

☒ A legislação é cada vez mais técnica, exigindo uma especialização maior no assessoramento às decisões adotadas pelas comissões ☒ explica o consultor-geral, Paulo Fernando Mohn e Souza.

Os 130 consultores da Conleg se distribuem por 21 áreas específicas, agrupadas em quatro núcleos (social, direito, economia e discursos), e atendem outros dois núcleos gerais: apoio ao processo legislativo e estudos e pesquisas.

De todos os projetos e propostas de emenda à Constituição (PECs) lidos no Plenário no primeiro semestre, cerca de 80% tiveram assessoramento da Conleg. O percentual é de 97% sobre os pareceres nas comissões. No primeiro semestre, a Conleg elaborou 7.298

trabalhos técnicos.

A divulgação de estudos produzidos pelos consultores aproximou o Senado do meio acadêmico. Nos últimos três anos, acordos de cooperação foram firmados com universidades, como a UFRJ, UFMG e USP, e centros de pesquisa, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Um quinto acordo está sendo negociado com a UnB.

Até o fim do ano, está



JANE DE ARAUJO/AGÊNCIA SENADO

▶ Textos que subsidiaram senadores na Rio+20 (foto) serão reunidos em publicação

prevista a publicação de dois livros a partir de textos produzidos pela Conleg. Um sobre Direito Sanitário e outro

com uma coletânea de artigos produzidos para subsidiar os senadores na Conferência Rio+20.

Atuação da Consultoria vai além do Orçamento

IMAGINE ANALISAR mais de 4 mil emendas a um projeto de lei em cinco dias. Foi o que ocorreu com a Consultoria de Orçamento (Conorf) em julho. Com o atraso no cronograma da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013, consultores atravessaram noites para concluir o trabalho no prazo.

☒ A LDO, elaborada a cada ano, é extensa, com mais de cem artigos distribuídos em mais de 80 páginas ☒ diz o consultor-geral de Orçamento, Orlando Neto.

O trabalho se avoluma durante a participação do Congresso na elaboração das leis orçamentárias. Mas além de elaborar e acompanhar a execução do Orçamento, a Conorf, com 27 consultores, possui várias outras atribuições.

Todas as comissões, subcomissões e CPIs, por exemplo, são atendidas pela consultoria. Cada obra com irregularidades apontadas

pela auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) só volta a receber recursos federais depois de aprovado decreto legislativo do Congresso, cuja minuta é elaborada pelos consultores de Orçamento. A Conorf também emite notas técnicas sobre todas as medidas provisórias que chegam ao Congresso e projetos que envolvam finanças públicas.

O portal do Orçamento, que oferece ao cidadão todos os documentos e informações do processo orçamentário, é uma das páginas mais procuradas do Senado, só atrás dos portais de notícias e de atividades legislativas. Por meio dele, pode-se chegar ao Siga Brasil, considerado a mais importante ferramenta de controle social do Orçamento do país. Conquistou notoriedade inclusive no exterior. Em 2008, relatório da ONU sobre Parlamento Eletrônico elegeu o Siga como uma das experiências de maior destaque nas Américas.

Nomeações de novos concursados do Senado já estão sendo feitas

AS NOMEAÇÕES dos aprovados no concurso para 246 vagas no Senado estão previstas para este semestre, segundo o diretor da Subsecretaria de Treinamento do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Davi Anjos Paiva. Ele é gestor do contrato com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pela aplicação das provas de seleção.

Com cerca de 800 aposentadorias desde 2008, ano do último concurso, o Senado está repondo parcialmente as vagas. Segundo Paiva, mais 374 servidores estão aptos a se aposentar este ano e 86, em 2013. Essa reposição, disse, está focada na área legislativa, como a Secretaria-Geral da Mesa, que vai preencher 75 vagas (50 analistas legislativos e 25 técnicos).

O primeiro resultado foi a homologação em 3 de julho da aprovação dos candidatos para 79 vagas de técnico legislativo (18 deles tomaram posse em 31 de julho). O resultado da seleção para as 25 vagas da Polícia do Senado será homologado em 29 de agosto. Esses candidatos passam por provas de aptidão física, avaliação psicológica e investigação sociodocumental. E falta a última etapa, o curso de formação, entre 6 e 17 de agosto.

Foi publicado no fim de julho o resultado com 1.189 candidatos aprovados para analista e 202 para consultor. São



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

▶ Dezoito aprovados para técnico legislativo tomaram posse em julho

142 vagas a serem preenchidas ainda neste ano. As cerca de 80 ações na Justiça que contestam o gabarito não devem atrapalhar o cronograma. A única denúncia que gerou uma ação civil pública, envolvendo questão repetida de outro concurso, teve o pedido de liminar negado pela Justiça em maio, segundo Paiva.

☒ A ação continua tramitando, mas não há jurisprudência ☒ disse o diretor.

Todos os outros problemas, esclareceu, foram resolvidos ao longo da seleção. O concurso ☒ aplicado em todas as capitais ☒ não exigiu recursos do Senado. Contrato de risco com a FGV custeou tudo com as inscrições.

Outro ponto importante, disse Paiva, foi a transparência:

☒ Nunca uma comissão de concurso da Casa divulgou tantas notas e prestou tantos esclarecimentos à opinião pública.

Todos os candidatos que protocolaram pedidos de esclarecimento foram atendidos.

INTERLEGIS JÁ CAPACITOU 1.605 CASAS LEGISLATIVAS

O INTERLEGIS COMPLETOU 15 anos em junho atingindo, um ano e meio antes do prazo, uma das principais metas estabelecidas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), seu parceiro internacional, para o Projeto de Modernização do Legislativo (PML). De 2010 até o final do primeiro semestre, 1.605 Casas legislativas do país (mais de 25% do total) participaram de encontros organizados pelo programa.

Esses eventos se enquadram no objetivo básico do Interlegis, que é promover a modernização e a integração do Poder Legislativo nos âmbitos municipal, estadual e federal. O trabalho do programa se traduz em produtos e serviços que dão, sobretudo às câmaras municipais, instrumentos para aumentar a transparência e a interação com a comunidade.

Transparência orçamentária

1,8 milhão de acessos por mês, em média, no Portal do Orçamento

700 mil acessos por mês, em média, no Siga Brasil

Mais de 10 países representados entre os especialistas que se interessaram pelo Siga Brasil, entre eles EUA, Inglaterra e Espanha

150 servidores treinados sobre Orçamento, em cursos presenciais, desde 2011

Previsão de 2 mil alunos por ano, em curso a distância que está sendo montado

Senado procura modernizar legislação ao mesmo tempo em que preserva memória digitalizando imagens e textos

Comissões de especialistas reveem códigos do país

Convidados pelo Senado para propor a atualização de códigos essenciais ao ordenamento jurídico, analistas debatem temas polêmicos com a sociedade e recebem milhares de sugestões de cidadãos

A CRIAÇÃO de comissões de especialistas para elaborar propostas de atualização de códigos fundamentais à organização jurídica do país foi uma das inovações mais importantes do processo legislativo na gestão da atual Mesa do Senado. As comissões debatem com a sociedade, recebem sugestões e oferecem à Casa texto que é então analisado pelos senadores. Para o presidente do Senado, José Sarney, as comissões contribuem para a produção de leis mais consensuais e com qualidade ainda mais refinada. A seguir, os temas tratados no semestre.

Código Penal

Presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, a

comissão de 17 juristas responsável pelo anteprojeto do novo Código Penal examinou mais de 6 mil sugestões de cidadãos.

Pelo Alô Senado, por exemplo, 1.207 pessoas pediram penas mais rigorosas para quem maltratar animais, sugestão que acabou incluída no anteprojeto entregue à Casa em 27 de junho.

Os juristas enfrentaram temas como o uso de drogas e a ampliação das hipóteses para o aborto legal, entre outros.

Defesa do Consumidor

A proposta de modernização do Código de Defesa do Consumidor, entregue em 14 de março, ajusta a lei em aspectos como comércio eletrônico e oferta de crédito.

A comissão, presidida pelo

ministro do STJ Herman Benjamin, realizou 37 audiências públicas com senadores, procuradores da República e organismos de defesa do consumidor.

Pacto Federativo

Em abril, começou o trabalho do grupo de 14 especialistas para diagnóstico das relações entre União, estados

e municípios. Entre os temas já debatidos pela comissão presidida pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim, estão propostas para o fim da guerra fiscal.

Até 22 de setembro, data de apresentação das conclusões, serão analisadas novas regras para o Fundo de Participação dos Estados e partilha dos *royalties* do petróleo.



▶ Sarney (2º à esq.) com integrantes da comissão do Código Penal

LIVRO REÚNE TODA A TRAMITAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL

O SENADO EDITOU a publicação *Memória Legislativa do Código Civil*, organizada por servidores da Casa. O trabalho oferece uma visão comparativa dos dispositivos do atual código, que entrou em vigor em 11 de janeiro de 2003, com as emendas, os pareceres parciais e finais do Projeto de Lei 634/75, que tramitou por 27 anos no Congresso.

Para a maioria dos cidadãos, é difícil fazer esse tipo de pesquisa. Primeiro, pela dificuldade de acesso aos diários oficiais mais antigos. Segundo, por desconhecer o processo legislativo.

O mesmo esforço de análise e organização resultará, em breve, na sistematização de toda a legislação normativa interna do Senado desde 1946. Está em elaboração, ainda, um manual sobre tipos de atos, as autoridades que podem editá-los e regras claras sobre a elaboração.

Servidores do Senado também participam da comunidade LexML, para formar base de dados que possibilite acesso à legislação federal, estadual e municipal, além de textos legais, como portarias e instruções normativas.

Prodasen une tecnologia ao processo legislativo

AO COMPLETAR 40 anos, a Secretaria Especial de Informática (Prodasen) continua ampliando esforços para oferecer acesso fácil às informações da instituição. Os portais LexML, Dados Abertos, da Copa, Siga Brasil e e-Cidadania são bons exemplos. Pela internet, é fácil acompanhar o andamento de

projetos e votações, recuperar pronunciamentos e encaminhar sugestões aos senadores.

O Prodasen também desenvolveu o sistema Comiss, que acaba com o uso do papel na tramitação dos projetos ao tornar possível apresentar emendas por meio eletrônico. Usada nas comissões, a ferramenta será estendida aos

demais setores do processo legislativo e, posteriormente, à sociedade, para elaboração de

textos legais que poderão ser sugeridos aos parlamentares.

O Prodasen também criou

as condições para a utilização da tecnologia móvel, incorporada pelos senadores. A ampliação da rede sem fio é outro compromisso com parlamentares, servidores e cidadãos. O órgão planeja, ainda, a compra de computadores que permitirão economia de energia de R\$ 1,5 milhão por ano.



Acervo é digitalizado e preserva história

O SENADO concluiu em junho a digitalização de todas as sessões plenárias e reuniões de comissões gravadas desde a inauguração da TV Senado, em 1996. São mais de 30 mil horas de acervo. O sistema de arquivamento digital dos documentos audiovisuais é só um exemplo do tratamento que o Senado vem dando a documentos que fazem sua história.

Desenvolvido pela Secretaria Técnica de Eletrônica (Stel), com o apoio do Prodasen, o sistema CView permite a gravação e a edição das

transmissões da TV Senado. A ferramenta dá aos senadores a possibilidade de escolher e utilizar trechos das sessões e reuniões, de acordo com seu interesse.

O banco de fotografias também está no sistema digital. E será iniciada a digitalização do acervo de áudio da Stel e dos programas da Rádio Senado. Sob a gestão do Centro de Documentação da secretaria (Cedoc), todos os áudios, vídeos, textos e fotos migrarão para a base única do sistema digital.

Outro projeto consiste na

integração do sistema Cedoc com o arquivo dos programas não legislativos da TV Senado.

No segundo semestre, o Senado implantará a Solução para a Gestão Informatizada de Documentos Arquivísticos do Senado (Sigad-SF), que permitirá acompanhamento,

preservação e recuperação dos documentos de todas as áreas.

O acervo de documentos físicos recebe atenção especial da Secretaria de Arquivo (Sarq). Foi feito o inventário de 2.409 projetos e foram digitalizadas 145.836 páginas de documentos históricos.

Memória eletrônica

Alguns dos números do Cedoc no 1º semestre de 2012

2.680 horas gravadas e armazenadas a partir de reuniões do Plenário e de comissões

1.800 cópias de gravação para senadores, órgãos da Casa e cidadãos

MUSEU GANHA NOME DE ITAMAR FRANCO

O MUSEU DO Senado passou a se chamar Museu Histórico Itamar Franco — homenagem ao senador que o instituiu e morreu em julho do ano passado. O projeto de mudança foi proposto pelo presidente da Casa, José Sarney. Itamar foi presidente da República e duas vezes senador.



▶ Itamar Franco, morto em 2011

Presencialmente ou a distância, brasileiros de todo o país participam mais ativamente dos trabalhos do Senado

Projetos estimulam visitas ao Congresso

Passeio ao Parlamento, *tour* virtual, leitura na biblioteca e consulta ao arquivo são atividades que registram alto índice de adesão dos cidadãos

O CONGRESSO vem aumentando o número de programas de visitação e de atividades conjuntas. No primeiro semestre, cerca de 82,7 mil pessoas visitaram o Congresso. Desse total, cerca de 3,3 mil eram estrangeiros. As visitas são organizadas pela Secretaria de Relações Públicas do Senado em parceria com a Câmara dos Deputados. Para quem não pode vir a Brasília, é possível fazer a visita virtual, por meio de aplicativo que permite visualizar o prédio e os ambientes do Palácio do Congresso.

Mais de 65 mil pessoas usaram os serviços da biblioteca no primeiro semestre. O número de acessos à biblioteca digital somou 973,3 mil consultas a mais de 220 mil arquivos, entre obras raras, legislação, livros diversos, periódicos e outros documentos.

O projeto de visitação especial ao Arquivo do Senado recebeu 620 alunos da rede

pública do Distrito Federal e Entorno. Nas visitas, os alunos conhecem a origem do Parlamento e têm contato com documentos históricos, como a Lei Áurea, que aboliu a escravidão, e o termo de posse da presidente Dilma Rousseff.

Passeio pela história

Visitas guiadas ao Congresso são diárias, incluindo sábados, domingos e feriados

- ▶ **Horário:** das 9h30 às 17h (saídas a cada 30 minutos)
- ▶ **Local de partida:** Salão Negro
- ▶ **Agendamentos:** (61) 3303-4671 / 3303-1581 ou www.senado.gov.br/visitecongresso
- ▶ **Visita virtual:** www.senado.gov.br/visitavirtual

Leitura em dia

Biblioteca do Senado está aberta ao público externo em dias úteis, das 9h às 14h, e pode ser acessada também pela internet*



*www.senado.gov.br/biblioteca

Mais de 900 ações de comunicação para o servidor da Casa e o cidadão

NO PRIMEIRO semestre, a Subsecretaria de Projetos Especiais (Supres), unidade

de *marketing* e criação publicitária, desenvolveu mais de 900 serviços de comunicação,

entre campanhas, projetos e peças individuais.

Entre as novidades, destaca-se o avanço na integração visual na internet e em comunicados internos. Além disso, a área inovou com depoimentos no programa *Você no Senado*, na TV e na *web*.

Todas as ações tiveram algum tipo de interface com as redes sociais, notadamente pelo perfil do Twitter *@voce-nosenado*, que já alcançou mais de 4 mil seguidores.

Criatividade em cartaz

Algumas das principais ações de comunicação no 1º semestre

- ▶ **Exposições** *Rios Voadores*, na Semana do Meio Ambiente; *80 Anos do Voto Feminino* e *100 Fotos de 2011*, sobre o dia a dia do Senado
- ▶ Divulgação dos **meios de acesso à informação** como a Ouvidoria, o Alô Senado, as redes sociais e o e-Cidadania
- ▶ Divulgação das **premiações** da Casa, como Prêmio Bertha Lutz e Projeto Jovem Senador
- ▶ Planejamento e execução de **estratégias de comunicação institucional** como o *Manual de Identidade Visual do Senado*



NA VANGUARDA DO PENSAMENTO POLÍTICO

DEMOCRATIZAÇÃO DA LUCIDEZ. O termo foi utilizado por um participante do fórum que o Senado realizou para discutir temas relacionados à política, na perspectiva dos novos pensamentos. Os encontros reuniram mais de 800 pessoas.

A iniciativa, segundo o embaixador Jerônimo Moscardo, que assessora a Presidência da Casa, é demonstração de que o Senado pretende se posicionar sempre na vanguarda do pensamento político, valorizando os seus servidores e abrindo espaços para novas ideias.

A programação do evento incluiu palestras de Francis Wolff, com o tema "O apolitismo, a maior ameaça à democracia"; de Charles Girard, que falou "Sobre o consenso na democracia: igualdade, unanimidade, legitimidade"; de Sergio Paulo Rouanet, cujo tema foi "Abismos da democracia"; de Franklin Leopoldo e Silva, que debateu "Ética, moral e política"; de Renato Lessa, com "Representação política: fundamentos e dilemas"; e de Eugênio Buccini, que discutiu "Democracia — espetáculo e imagem da política"; entre outros.

Durante três dias, estudantes atuam como senadores

OUTRO PROJETO com grande repercussão na sociedade é o Concurso de Redação do Senado Federal, aberto a estudantes do ensino médio de escolas públicas. Em sua quinta edição, o concurso é mais uma vez pré-requisito para que um estudante selecionado em cada estado participe do Projeto Jovem Senador, iniciativa da Secretaria de Relações Públicas em parceria com a Secretaria-Geral da Mesa (SGM) e a Consultoria Legislativa.

Realizado em novembro, o Jovem Senador coincide com a premiação do concurso. Com

orientação de consultores legislativos e assessores da SGM, os 27 finalistas do concurso de redação elaboram projetos de lei e discursam no Plenário.

Os jovens senadores elegem uma Mesa composta por presidente, vice, 1º secretário e 2º secretário. A legislatura tem duração de três dias. Inicia-se com a posse e termina com a redação dos textos dos projetos aprovados e a publicação deles no *Diário do Senado Federal*. Propostas elaboradas pelos jovens senadores já foram transformadas em cinco projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição.



MONTEIRA/MARIZ/AGÊNCIA SENADO

▶ No Jovem Senador, propostas de estudantes viraram projetos de lei

Quer ser um jovem senador?

Saiba **como participar** do Concurso de Redação do Senado em: www.senado.gov.br/jovemsenador

Em 2011, cerca de 80 mil alunos participaram do Concurso de Redação	Proposições apresentadas pelos jovens senadores e que estão tramitando: PLS 183/12, 184/12, 185/12, 211/12 e PEC 26/12
--	---

Senado adota programa de igualdade de gênero e raça

EM MARÇO foi lançado no Senado o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, para promover mudanças administrativas que levem ao aumento da inclusão. A proposta de adesão ao programa — iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República — partiu da senadora Marta Suplicy (PT-SP), 1ª vice-presidente da Casa.

O Pró-Equidade visa promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em organizações públicas e

privadas. Marta ressaltou que os países onde há maior equilíbrio apresentam até 25% a mais de produtividade.

O comitê do programa terá representantes de todas as unidades do Senado a fim de promover a igualdade nas práticas administrativas.

— O mundo hoje tem essa preocupação pela equidade, mas não adianta ter preocupação se você não sabe a situação. Depois dessa resposta, vamos ver que ações precisamos implementar — explicou a senadora.



JORGE CARDOSO/AGÊNCIA SENADO

▶ Luiza Bairos, Eleonora Menicucci, Marta, Ana Rita e Lídice, no lançamento

Comunicação do Senado adere às novas mídias e fortalece os meios de comunicação mais tradicionais

Rádio e TV Senado crescem pelo Brasil

Em parceria com assembleias legislativas, pelo menos seis novas estações de transmissão deverão entrar em operação até o fim do ano. Parceria com a Câmara reduz custos

A EXPANSÃO da Rede Senado de Rádio e TV Digital avançou este ano. A TV Senado já está presente em sinal aberto e gratuito em 12 capitais. A rádio, em seis.

Em parceria com assembleias legislativas, ao menos seis novas estações de transmissão das emissoras de rádio e TV entrarão em operação até o fim do ano. Em Brasília, Cuiabá, Fortaleza, João Pessoa, Manaus, Natal, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro e Salvador, a TV Senado já chega aos telespectadores de televisão analógica em UHF.

Pela nova tecnologia digital, a TV Senado já transmite em sistema de

multiprogramação para Brasília, em quatro canais. Em São Paulo, Fortaleza e Belo Horizonte, as transmissões digitais usam subcanalizações cedidas pela TV Câmara.

A Rádio Senado pode ser sintonizada em Brasília, Fortaleza, Natal, Cuiabá, Rio Branco e Teresina.

O Senado começou a aquisição de equipamentos e os ajustes operacionais para a transmissão a todo o país de um segundo canal digital da TV Senado. A TV Câmara terá sempre um subcanal do Senado nas capitais, em razão de acordo de reciprocidade para reduzir à metade o custo dos equipamentos.

Audiência cidadã

Números da mídia eletrônica do Senado no primeiro semestre



A Rádio Senado, com sua agência de notícias, mantém parceria com 1.500 rádios comerciais e comunitárias do país. Assim, amplia a difusão das reportagens.

Ainda este semestre, a TV também colocará em operação o serviço de agência, forne-

cendo vídeos de alta resolução a empresas televisivas comerciais e comunitárias. Hoje, as imagens são em baixa resolução e, por isso, mais adequadas à internet. A expectativa é de que, com o novo formato, sejam feitas parcerias com as TVs brasileiras.

O SENADO NAS REDES SOCIAIS

O SENADO ESTÁ nas redes sociais. Como parte da estratégia de comunicação, a Casa tem vários canais para dialogar com os diversos públicos.

E a instituição não apenas está presente, mas reconhece a importância da participação de todos nas redes sociais.

Em 2011, quando ainda se discutiam as desvantagens e os riscos envolvidos numa decisão como essa, o presidente do Senado, José Sarney, autorizou o acesso irrestrito a elas dentro da Casa.

No conjunto, o Senado conquistou quase 80 mil seguidores no Twitter e 25 mil no Facebook apenas nos perfis institucionais, sem levar em consideração as páginas mantidas pelos parlamentares.

Há casos pontuais em outras redes, como o Flickr, para a postagem de fotos, além de registro de domínio e de estudos sobre novas opções que aparecem com grande potencial, como o Foursquare e o Pinterest.

De janeiro a junho, Agência Senado teve mais de 1,7 milhão de visitas

Na internet

Visitas à página da Agência Senado no 1º semestre cresceram 62% sobre igual período de 2011



Fonte: Google Analytics

A AGÊNCIA Senado recebeu, de janeiro a junho, 1.753.395 visitas e 3.720.178 visualizações de páginas, segundo o Google Analytics.

O número de visitas representou crescimento de 14% em relação ao semestre anterior e 62% na comparação com o primeiro semestre de 2011.

As visualizações de página cresceram 2% em relação ao semestre anterior e 30% quando comparadas com o mesmo período do ano passado.

Em 2012, até 16 de julho, foram publicadas 5.238 reportagens.

O maior crescimento de acessos foi por dispositivos

móveis, como celulares e tablets. De janeiro a junho de 2012, foram 94.672 visitas. No mesmo período de 2011, haviam sido 34.154 visitas.

A Agência Senado atingiu no final do primeiro semestre 38.030 seguidores no Twitter e 15.341 fãs no Facebook.

Foram produzidas 175.749 fotografias no semestre, sendo que 7.507 delas foram disponibilizadas no banco de imagens. O site da Agência Senado publicou 3.019 fotos e o **Jornal do Senado**, 3.229.

Ao Arquivo Fotográfico foram solicitadas, pelos veículos de comunicação, 13.802 fotos.

JORNAL DO SENADO LANÇOU PUBLICAÇÃO DURANTE A RIO+20

NO PRIMEIRO SEMESTRE de 2012, o **Jornal do Senado** produziu 112 edições impressas e 16 edições eletrônicas. Em todo o ano de 2011, haviam sido 215 edições impressas e dez edições eletrônicas. Cada edição do jornal impresso tem tiragem de 6.200 exemplares.

Para o *Especial Cidadania*, página semanal do **Jornal do Senado**, foram feitas 21 reportagens no semestre, sobre temas como o distúrbio de déficit de atenção, a Lei do Inquilinato, o destino dos resíduos sólidos, o 13º salário, o teste da orelhinha e as novas regras da poupança.

A equipe do **Jornal do Senado** produziu duas edições da revista *Em discussão!*, uma sobre defesa nacional, com tiragem de 2.500 exemplares, e outra sobre a Rio+20, com 3.500 exemplares e lançamento na própria Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

Em 2011, haviam sido quatro edições da revista — sobre banda larga, trabalho escravo, dependência de drogas e o novo Código Florestal.

O jornal teve seis encartes durante o semestre. O primeiro trouxe uma seleção das cem melhores fotos de 2011. A conferência Rio+20 também foi tema de encarte especial. Os outros quatro foram sobre as atividades do Interlegis, programa responsável pela comunidade virtual dos Legislativos do país. Em todo o ano de 2011, haviam sido sete encartes.

Nas redes sociais, o **Jornal do Senado** atingiu, até junho, 4.532 seguidores no Twitter e 599 fãs no Facebook.



REPRODUÇÃO

NOVO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

APÓS SEIS ANOS, o Conselho de Comunicação Social volta a funcionar. Os integrantes foram aprovados pelo Congresso Nacional. Entre as funções, está avaliar questões da liberdade de manifestação do pensamento e da informação. O CCS tem 13 titulares e 13 suplentes. Entre os novos titulares, estão Walter Ceneviva, Celso Augusto Schröder e Fernando Cesar Mesquita.

IMPrensa PRIVADA AMPLIA TRANSPARÊNCIA

NA SECRETARIA ESPECIAL de Comunicação Social (Secs), estão regularmente credenciados 580 jornalistas, dos quais 371 são de empresas privadas que cobrem diariamente os trabalhos parlamentares. Outros 145 fazem cobertura esporádica, ou seja, também cobrem outras áreas dos Poderes da República sediadas em Brasília. Dos jornalistas credenciados, 64 são assessores de imprensa dos senadores.

Jornal do Senado

Praça dos Três Poderes • Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar
70165-920 Brasília (DF)
site: www.senado.gov.br/jornal • e-mail: jornal@senado.gov.br
Twitter: twitter.com/jornaldosenado • Facebook: facebook.com/jornaldosenado
Telefone: 0800 61-2211 • Fax: (61) 3303-3137

■ **Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Fernando Cesar Mesquita
■ **Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich
■ **Diretor da Agência Senado:** Mikhail Lopes
■ **Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão
■ **Chefia de edição:** Silvio Burle
■ **Edição:** Marcio Maturana e Ricardo Westin

■ **Redação:** Agência Senado, Dger, Interlegis, Jornal do Senado, Ouvidoria, Prodasen, Rádio Senado, Relações Públicas, Secs, Seep, Sepop, SGM, Supres, TV Senado
■ **Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal e Juliana Rebelo
■ **Diagramação:** Claudio Portella e Ronaldo Alves
■ **Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
■ **Arquivo Fotográfico:** Bárbara Batista e Braz Félix